



ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

31 de dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores
Independentes

Índice

	Balancos patrimoniais	3
	Demonstrações dos resultados	5
	Demonstrações dos resultados abrangentes	6
	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
	Demonstrações dos fluxos de caixa	8
	Demonstrações do valor adicionado	9
	Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1	Contexto operacional	10
2	Concessões	10
3	Base de preparação	13
4	Moeda funcional e moeda de apresentação	13
5	Uso de estimativas e julgamentos	13
6	Base de mensuração	13
7	Principais políticas contábeis	13
7.1	Transações em moeda estrangeira	14
7.2	Caixa e equivalente de caixa	14
7.3	Ativos financeiros	14
7.4	Clientes	15
7.5	Almoxarifado	15
7.6	Ativo financeiro – concessões do serviço público	15
7.7	Intangível	15
7.8	Imobilizado	15
7.9	Outros investimentos	16
7.10	Provisão para redução ao valor recuperável	16
7.11	Financiamentos e empréstimos	16
7.12	Fornecedores	16
7.13	Provisões	16
7.14	Benefícios pós emprego	17
7.15	Participação nos lucros	17
7.16	Capital social	18
7.17	Lucro por ação	18
7.18	Adiantamento para futuro aumento de capital	18
7.19	Encargos setoriais	18
7.20	Imposto de renda e contribuição social	19
7.21	Ajuste a valor presente de ativos e passivos	19
7.22	Compromissos com o meio ambiente	19
7.23	Subvenções governamentais	19
7.24	Reconhecimento da receita	19
7.25	Demonstrações de fluxos de caixa	20
7.26	Demonstrações do valor adicionado (DVA)	20
7.27	Norma novas, alterações e interpretações de normas que foram emitidas e entraram em vigor no exercício de 2015	20
7.28	Ambiente regulatório	21

ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

8	Caixa e equivalente de caixa	25
9	Títulos e valores mobiliários	25
10	Clientes	25
11	Tributos e contribuições sociais	30
12	Direito de ressarcimento	31
13	Almoxarifado	32
14	Serviços em cursos	33
15	Ativos e passivos regulatórios	33
16	Ativos financeiros concessão	34
17	Outros	35
18	Cauções e depósitos vinculados	37
19	Intangível	37
20	Imobilizado	39
21	Fornecedores	40
22	Tributos e contribuições sociais	41
23	Financiamentos e empréstimos	42
24	Obrigações de ressarcimento	47
25	Benefício pós emprego	48
26	Obrigações estimadas	53
27	Encargos setoriais	54
28	Pesquisa e desenvolvimento	55
29	Outros	56
30	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	57
31	Provisão para riscos cíveis, tributárias e trabalhistas	58
32	Patrimônio líquido	62
33	Receita operacional líquida	63
34	Custo com energia elétrica	68
35	Custo de operação, custo de construção e despesas operacionais	70
36	Resultado financeiro	72
37	Plano nacional de universalização do acesso e uso de energia elétrica	73
38	Imposto de renda e contribuição social	74
39	Seguros	75
40	Transações com partes relacionadas	75
41	Remuneração do pessoal chave	76
42	Treinamento e desenvolvimento de pessoal	78
43	Questões ambientais	79
44	Compromissos operacionais de longo prazo	79
45	Instrumentos financeiros e gestão de riscos	79
46	Eventos subsequentes	86

ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de Reais)

	Notas	2015	2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	31.486	16.426
Títulos e valores mobiliários	9	10.652	-
Contas a receber de clientes	10	344.668	279.559
Tributos a recuperar	11	11.686	8.466
Direito de ressarcimento	12	25.136	40.561
Almoxarifado	13	6.099	5.545
Serviços em curso	14	11.152	28.338
Ativos regulatórios	15	212.888	73.238
Outros	17	31.870	26.291
		<u>685.637</u>	<u>478.424</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes	10	212.089	197.314
Tributos a recuperar	11	5.019	5.997
Cauções e depósitos vinculados	18	41.845	39.600
Ativos regulatórios	15	38.252	111.736
Ativos financeiros	16	732.843	669.733
Outros	17	564	564
		<u>1.030.612</u>	<u>1.024.944</u>
Investimentos		168	168
Intangível	19	54.047	13.635
Imobilizado	20	31.757	23.698
		<u>1.116.584</u>	<u>1.062.445</u>
Total do ativo		<u>1.802.221</u>	<u>1.540.869</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	21	239.745	175.962
Tributos a recolher	22	105.794	82.885
Financiamentos e empréstimos	23	310.110	239.850
Obrigações de ressarcimento	24	77.153	63.843
Benefício pós-emprego	25	6.402	5.762
Passivos regulatórios	15	124.005	5.938
Provisões diversas	26	9.125	7.808
Encargos setoriais	27	14.171	431
Pesquisa e desenvolvimento	28	9.967	19.553
Outros	29	31.298	24.233
		<u>927.770</u>	<u>626.265</u>
Não circulante			
Tributos a recolher	22	11.933	-
Financiamentos e empréstimos	23	864.330	718.482
Obrigações de ressarcimento	24	2.775	-
Benefício pós-emprego	25	32.504	52.593
Passivos regulatórios	15	16.380	5.673
Provisões diversas	26	36.559	-
Pesquisa e desenvolvimento	28	21.434	22.115
Adiantamentos para futuro aumento de capital	30	8.307	8.307
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	31	95.993	88.710
Outros	29	31.892	29.799
		<u>1.122.107</u>	<u>925.679</u>
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)			
Capital social	32	726.447	726.447
Prejuízos acumulados		(931.295)	(678.710)
Outros resultados abrangentes		(42.808)	(58.812)
		<u>(247.656)</u>	<u>(11.075)</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>1.802.221</u>	<u>1.540.869</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita operacional líquida	33	1.364.461	1.342.133
Custo operacional			
Custo com energia elétrica	34		
Energia elétrica comprada para revenda		(894.482)	(831.566)
Encargos de uso do sistema de transmissão		(89.704)	(57.758)
		<u>(984.186)</u>	<u>(889.324)</u>
Custo de operação	35		
Pessoal, material e serviços de terceiros		(142.988)	(131.190)
Depreciação e amortização		(27.637)	(26.919)
Outros		(17.512)	(6.151)
		<u>(188.137)</u>	<u>(164.260)</u>
Custo de construção	35	<u>(100.652)</u>	<u>(93.192)</u>
Lucro bruto		91.486	195.357
Despesas operacionais	35	<u>(239.532)</u>	<u>(216.566)</u>
Prejuízo do serviço de energia elétrica		<u>(148.046)</u>	<u>(21.209)</u>
Resultado financeiro	36	<u>(104.539)</u>	<u>(81.363)</u>
Receitas financeiras		98.868	83.285
Despesas financeiras		(203.407)	(164.648)
		<u>(252.585)</u>	<u>(102.572)</u>
Resultado antes do imposto de renda			
Imposto de renda	40	-	7.218
Prejuízo do exercício		<u>(252.585)</u>	<u>(95.354)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prejuízo do exercício	(252.585)	(95.354)
Outros componentes do resultado abrangente		
Ganho atuarial com benefício pós-emprego	<u>16.004</u>	<u>105.679</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(236.581)</u>	<u>10.325</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	TOTAL
Em 01 de janeiro de 2014	726.447	(583.356)	(164.491)	(21.400)
Prejuízo do exercício	-	(95.354)	-	(95.354)
Perda atuarial com benefício pós-emprego	-	-	105.679	105.679
Em 31 de dezembro de 2014	726.447	(678.710)	(58.812)	(11.075)
Prejuízo do exercício	-	(252.585)	-	(252.585)
Ganho atuarial com benefício pós-emprego	-	-	16.004	16.004
Em 31 de dezembro de 2015	726.447	(931.295)	(42.808)	(247.656)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de Reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(252.585)	(95.354)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	33.886	32.215
Encargos financeiros - AFAC e empréstimos	148.572	68.415
Encargos financeiros - Tributos e outros passivos	3.667	19.412
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	34.659	10.492
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	15.196	18.219
Provisão para perdas na realização dos estoques	118	(1)
Provisão para fornecedores não liquidados	899.122	760.496
Valor residual do ativo financeiro- concessos do serviço público	1.908	(500)
Valor residual do ativo intangível	(9)	(221)
Valor residual do ativo imobilizado	2	-
Ativo financeiro - VNR Lei nº 12.783/13	(25.843)	13.959
Avaliação atuarial	(3.445)	(3.272)
Plano de incentivo ao desligamento - PID	-	326
Outros	(8.434)	(3.230)
	<u>1.099.399</u>	<u>916.310</u>
Variações nos ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários	(10.652)	-
Contas a receber de clientes	(103.871)	(51.909)
Tributos a recuperar	(2.242)	2.267
Direito de ressarcimento	15.425	(31.991)
Almoxarifado	(672)	(504)
Ativo regulatório	(66.166)	(184.974)
Outros créditos	9.514	(35.382)
Cauções e depósitos vinculados	(10.158)	(11.729)
Fornecedores	(835.339)	(732.082)
Tributos a recolher	45.799	37.258
Obrigações estimadas	37.876	(5.842)
Obrigações de ressarcimento	16.085	13.091
Encargos setoriais	13.740	(66)
Passivos regulatórios	128.774	11.611
Amortização de parcelamentos fiscais	(11.790)	(8.499)
Amortização de encargos financeiros de financiamentos e empréstimos	(30.004)	(44.261)
Outros passivos	(4.088)	4.574
	<u>(807.769)</u>	<u>(1.038.438)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>39.045</u>	<u>(217.482)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição do ativo financeiro - concessões de serviço público	(85.028)	(80.070)
Aquisição do intangível	(3.996)	(13.122)
Aquisição de imobilizado	(6.405)	(3.578)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(95.429)</u>	<u>(96.770)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos de financiamentos e empréstimos	140.568	673.799
Amortização do principal de financiamentos e empréstimos	(69.124)	(368.767)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>71.444</u>	<u>305.032</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>15.060</u>	<u>(9.220)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	16.426	25.646
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	<u>31.486</u>	<u>16.426</u>
	<u>15.060</u>	<u>(9.220)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2015	2014
Receitas		
Receitas operacionais	2.057.567	1.642.766
Receita de construção	100.652	93.192
Ganhos sobre o valor novo de reposição	25.843	(13.959)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(32.566)</u>	<u>15.021</u>
	<u>2.151.496</u>	<u>1.737.020</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo com energia	(984.186)	(889.324)
Custo de construção	(100.652)	(93.192)
Serviços de terceiros	(89.860)	(80.314)
Material	(1.879)	(1.535)
Outros custos operacionais	<u>(110.104)</u>	<u>(131.845)</u>
	<u>(1.286.681)</u>	<u>(1.196.210)</u>
Valor adicionado bruto	864.815	540.810
Depreciação e amortização	<u>(33.886)</u>	<u>(32.215)</u>
Valor adicionado líquido gerado	830.929	508.595
Receitas financeiras	<u>98.868</u>	<u>83.285</u>
Valor adicionado total	<u>929.797</u>	<u>591.880</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	131.054	123.684
Impostos, taxas e contribuições	842.665	394.237
Juros e demais encargos financeiros	203.407	164.648
Arrendamentos e aluguéis	5.256	4.665
Prejuízo do exercício	<u>(252.585)</u>	<u>(95.354)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>929.797</u>	<u>591.880</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS (“ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital fechado, concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica no estado de Alagoas, domiciliada na Avenida Fernandes Lima, 3349 – Farol, Maceió/AL, e, controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, que detém 100% do seu capital social.

Seu objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica, assim como serviços que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas ao serviço público de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia – MME.

Para cumprir com o seu objetivo, bem como com suas obrigações operacionais e administrativas, a Companhia conta com 1.085 empregados (214 em 31.12.2014), para atender a aproximadamente 1.045.169 consumidores (1.017.867 em 31.12.2014).

Em 31 de dezembro de 2015, apresenta patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R\$ 247.656 mil, prejuízos acumulados no montante de R\$ 931.295 mil e o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 242.133 mil.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26 (R1), em seus itens 25 e 26. A Administração da Companhia, objetivando a melhoria dos resultados, vem dando sequência às ações de implantação de ferramentas de gestão que visam à modernização e a redução de custos. Encontra-se em fase de atuação o Plano Diretor de Negócios e Gestão - PDNG - 2014/2018, que contém uma carteira de projetos prioritários diretamente associados às diretrizes estratégicas de expansão sustentável e eficiência operacional.

Dentre as Regras de Governança consta o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, contrato firmado com a Eletrobras Holding, que reporta desafios nas seguintes dimensões: econômico-financeira, operacional, e socioambiental. Nele estão estabelecidos metas e resultados objetivando maior eficiência, robustez e rentabilidade financeira, bem como condições de acompanhamento e monitoramento a vigorar até 31 de dezembro de 2017, conforme descrito a seguir:

- Consolidação da gestão integrada e realização do saneamento e equilíbrio econômico financeiro;
- Aumento da eficácia e eficiência operacional, melhoria da qualidade dos serviços, redução das perdas de energia e inadimplência;
- Modernização da estrutura organizacional e sistema de gestão, melhoria e integração dos processos administrativos, capacitação e profissionalização do quadro gerencial e técnico-administrativo das empresas.

As ações acima expostas influenciariam consideravelmente na consolidação de melhores resultados econômicos e financeiros se não fossem as dificuldades vividas em face das exposições involuntárias no Mercado de Energia e os diversos acionamentos das térmicas ocorridos em 2015, afetando todas as Distribuidoras de Energia Elétrica do país.

A Companhia está ciente dos desafios para 2016 e nesse contexto, confiando em seu corpo funcional, está pronta a concentrar seus esforços na melhoria do serviço prestado a seus consumidores, de modo a cumprir os compromissos com a sociedade, acionistas e fornecedores. Junto a instituições financeiras serão captados novos recursos que ajudarão a honrar os compromissos a curto prazo.

2. CONCESSÕES

A Companhia opera concessão para distribuição de energia elétrica em todos os 102 municípios do Estado de Alagoas, mediante o Contrato de Concessão nº 07/2001-ANEEL e termos aditivos celebrados, respectivamente, em 15 de julho de 2005, em 8 de junho de 2010 e 10 de dezembro de 2014, cujas vigências expiraram em 7 de julho de 2015.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

a) Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica

Em 15 de outubro de 2012, as distribuidoras da Eletrobras cujas concessões venceram em 2015, tiveram o direito de manifestar o interesse na prorrogação da concessão por um período adicional de 30 anos, o que fizeram no prazo estabelecido.

O Decreto número 8.461, de 02 de junho de 2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica e autorizou o Ministério de Minas e Energia ("MME") a prorrogar as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo artigo 7º da Lei número 12.783, de 11 de janeiro de 2013, por 30 (trinta) anos, estabeleceu que deverão ser observados os seguintes critérios:

I. Eficiência da qualidade do serviço, a ser apurada por meio dos indicadores Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora ("DECI") e Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora ("FECI");

II. Eficiência econômico-financeira, a ser apurada por meio do EBITDA e do nível de endividamento, que significa a capacidade da concessionária honrar com seus compromissos econômico-financeiros de maneira sustentável;

III. Racionalidade operacional e econômica;

IV. Modicidade tarifária.

Tais critérios deverão ser alcançados por meio de métricas de melhoria contínua estabelecidas pelo Poder Concedente, a serem detalhadas pelos aditivos aos Contratos de Concessão que serão assinados pelas distribuidoras. Em 05 de novembro de 2015, o MME por meio do Ofício Circular nº 3/2015-SE-MME, informou que a minuta do Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, aprovada pela ANEEL por meio do Despacho número 3.540, de 20 de outubro de 2015, deveria ser submetida às instâncias decisórias de cada Distribuidora, juntamente com os limites anuais estabelecidos para atendimento aos critérios dos incisos I (Eficiência da qualidade do serviço) e II (Eficiência econômico-financeira) do artigo 1º do Decreto número 8.461/2015, conforme constante do Anexo II da Nota Técnica nº 0335/2015-SCT-SFE-SFF-SRDSRM.

De acordo com o Termo Aditivo, o descumprimento das metas a que se referem os itens I e II acima mencionados, pelo período de 5 (cinco) anos, a partir de 1º de janeiro de 2016, por 2 (dois) anos consecutivos ou se não atender qualquer dessas metas ao final do prazo de 5 (cinco) anos, acarretará a extinção da concessão.

De igual forma, a partir do 6º (sexto) ano, o descumprimento de tais metas, configurará a inadimplência da concessionária e implicará a abertura do processo de caducidade, observados o seguinte: (i) Critério I - Eficiência da qualidade do serviço: se houver descumprimento por três anos consecutivos; ou (ii) Critério II - Eficiência econômico-financeira: se houver descumprimento por dois anos consecutivos. Porém, neste caso, o concessionário poderá apresentar um plano de transferência do controle societário como forma alternativa a essa extinção, contendo a viabilidade da troca de controle e o benefício dessa medida para a adequação do serviço prestado.

O decreto estabelece ainda que as concessões não prorrogadas ou que tenham sido objeto de extinção serão licitadas conforme diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME). A indenização a ser paga para a antiga concessionária por investimentos nos bens reversíveis não depreciados e não amortizados será calculada com base no valor novo de reposição-VNR e vai considerar a entrada em operação das instalações.

Na 164ª Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras ocorrida em 28 de dezembro de 2015, em razão da solicitação, pelo representante da União Federal, foi retirada de pauta as matérias concernentes à prorrogação dos contratos de concessão das controladas - Cepisa, Ceal, Eletroacre, Ceron, Boa Vista e Amazonas D., pelo fato das referidas distribuidoras solicitarem, em 28 de dezembro de 2015, a prorrogação do prazo para assinatura do respectivo termo aditivo, nos termos da Medida Provisória 706, a ser deliberado em nova Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras a ser convocada.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

A Medida Provisória 706, de 28 de dezembro de 2015, alterou a redação do parágrafo segundo do art. 11 da Lei 12.783/2012, estabelecendo que o concessionário deverá assinar o termo aditivo no prazo de até 210 dias, contados da convocação pelo Poder Concedente.

Desta forma, as distribuidoras têm um prazo até 26 de julho de 2016 para assinatura dos termos aditivos ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica e estão preparando estudos atualizados para submissão à nova Assembleia de Acionista da Eletrobras.

A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em junho de 2015, entretanto, à luz da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art.42 "as concessões permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão, prazo esse que não será inferior a 24 meses"

3. BASE DE PREPARAÇÃO

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 28 de março de 2016.

Declaração de conformidade com relação às normas do CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e procedimentos básicos determinado pela ANEEL através do Despacho nº 245, de 28 de janeiro de 2016.

4. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela Administração que inclui a análise criteriosa das faturas de energia elétrica vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber. Tais critérios estão enquadrados nas normas vigentes da ANEEL.

d) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que tem prazos de vencimento próximo aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

e) Valor novo de reposição

Nos termos da MP nº 579 de 2012, faz-se necessário o cálculo das indenizações do valor dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados.

A Companhia procedeu ao cálculo entre o valor contabilizado e o apurado comparando-os com o valor da Base de Remuneração Regulatória - BRR, corrigido pelo IPCA e reconhecidos no resultado do exercício como receita.

f) Reconhecimento dos valores a receber e obrigações da Conta de Valores "Parcela A" e outros itens financeiros

Através do Despacho 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aprovar o termo aditivo dos contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com o objetivo de eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A - CVA e outros componentes financeiros.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Orientação OCPC 08, cujo objetivo é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência dos direitos ou obrigações das concessões públicas de distribuição de energia elétrica.

O aditamento dos contratos de concessão, nos termos tratados nesta Orientação, representa um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de a concessionária receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte - poder concedente. Esse novo evento altera, a partir da data da assinatura do aditivo contratual, o ambiente e as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas quanto à capacidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo. O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2015, desses valores estão registrados no ativo e passivos financeiros em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de receita não faturada (Nota 12).

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

O contrato de concessão foi aditado em 10 de dezembro de 2014, para o reconhecimento dos valores homologados e incluídos na tarifa em agosto de 2015 e os que serão liquidados no próximo reajuste tarifário.

Não há julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

6. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

7. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir, de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

7.1 Transações em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

7.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários a vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeito a risco insignificante de mudança de valor, classificadas como empréstimos e recebíveis.

7.3 Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Ativo financeiro a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes" (Nota 10).

c) Impairment de ativos financeiros

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidências objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros esta deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

d) Ativo financeiro – concessões do serviço público

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão. Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado custo de capital próprio (WACC), que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa aos clientes.

7.4 Contas a receber de clientes

Engloba as contas a receber por fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, este último por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, reconhecida com base em estimativas da Administração, em valor considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia estão demonstrados na Nota 5.

7.5 Almojarifado

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almojarifado de manutenção e administrativo), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração da Companhia.

7.6 Intangível

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado). Avaliado ao custo de aquisição das construções, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção.

A amortização do intangível é baseada na vida útil-econômica de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição, estabelecida pela ANEEL, para efeitos de determinação da tarifa bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão, limitado ao prazo de concessão, com vigência até junho de 2017.

7.7 Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas fixadas pela ANEEL.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

	<u>Anos aproximadamente</u>
Edificações	30
Máquinas	25
Veículos	7
Móveis, utensílios e equipamentos	16

Em função da adoção da Orientação Técnica OCPC 01, os valores registrados como ativo imobilizado referem-se basicamente a bens de uso administrativo. Os demais ativos geradores de receita e vinculados a concessão foram reclassificados para ativos financeiros e intangíveis.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

7.8 Outros investimentos

Representam investimentos em ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.

7.9 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

7.10 Passivos financeiros

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

7.11 Financiamentos e empréstimos

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infra-estrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme CPC 04 – Ativo Intangível e CPC 20 – Custos de Empréstimos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais, incorridos.

7.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante.

7.13 Provisões

As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

7.14 Benefícios pós-emprego

A Companhia instituiu e patrocina a Fundação CEAL de Assistência Social e Previdência (FACEAL), caracterizada como uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), para a administração dos programas de benefícios pós-emprego, relativos a complementações previdenciárias.

A Companhia tem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores como idade, tempo de serviço e remuneração.

Neste regime, as contribuições destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a data da sua admissão no plano, bem como para amortização dos benefícios relativos ao tempo anterior de serviço.

Os benefícios previdenciários concedidos pela FACEAL são:

- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de pensão por morte;
- Suplementação de aposentadoria especial e de ex-combatente; e
- Suplementação de abono anual.

Esses benefícios são garantidos através de dois planos: o primeiro, mais antigo, tem a característica de Plano de Benefício Definido – BD, que garante renda vitalícia aos beneficiários. O outro, com a característica de Plano de Contribuição Definida – CD, implantado a partir de 2008, garante rendas por prazos definidos de acordo com a capitalização ocorrida no período de atividade.

Quanto ao programa diretamente gerenciado pela Companhia em benefício de antigos empregados não beneficiários da FACEAL, há a concessão de um pecúlio por morte e a cobertura de gastos com assistência médica, envolvendo uma população fechada. A avaliação desse programa especial foi efetuado com base no valor presente da reserva matemática correspondente aos benefícios em favor dessa população. Tendo em vista a anterioridade da população e sua característica fechada, a Tábua de Mortalidade adotada nesse programa especial foi a AT-83 (D10).

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela FACEAL.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente (Nota 26).

7.15 Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. Para apuração do grau de atingimento das metas será utilizada a Tabela de Classificação do Índice Ponderado de Desempenho Empresarial – IPDE, previsto no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, cujo limite mínimo para 2014 foi de 70% (setenta por cento).

7.16 Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. A Eletrobras é acionista majoritária da Companhia.

Ações ordinárias – custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido.

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois incorrem dividendos discricionários, não contém qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais da Companhia. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições dentro do patrimônio líquido na sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

7.17 Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Adiantamento de recursos recebidos do acionista controlador e destinados ao aumento de capital, concedidos em caráter irrevogável. São classificados como passivo exigível não circulante e reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pela taxa SELIC (Nota 57).

7.18 Encargos setoriais

Os encargos setoriais são definidos em legislação específica e suas quotas são fixadas pela ANEEL.

a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b) Programas de Eficientização Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

d) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

7.19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia não apurou base tributável para imposto de renda e contribuição social nos exercícios de 2015 e 2014.

7.20 Ajuste a valor presente de ativos e passivo

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente, a uma taxa utilizada de 7,01%.

7.21 Compromissos com o meio ambiente

A capitalização de gastos referentes as demandas ambientais está consubstanciada nas previsões regulamentares do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, em atendimento às exigências dos órgãos públicos competentes para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA é o principal órgão na esfera federal e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEDAM na esfera estadual.

Na hipótese dos gastos decorrerem de questões ambientais, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, os mesmos são apropriados ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

7.22 Subvenções governamentais

As subvenções econômicas do subsídio da baixa renda e modicidade tarifária a serem ressarcidas pelo fundo da CDE, administrado pela Eletrobras, são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

7.23 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

a) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período entre a data da medição mensal e o último dia do mês.

b) Receita e custo de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

c) Receita e despesa financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

A despesa financeira é compreendida pelas despesas de juros com empréstimos, IOF e inadimplência com tributos e fornecedores. As despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

7.24 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

7.25 Demonstrações do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou de forma voluntária as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

7.26 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Publicada em julho de 2014, substitui as orientações na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. É efetiva para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

- IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S.GAAB quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

- IFRS 16 - Leases

A IFRS 16, com um novo pronunciamento em 13 de Janeiro de 2016, substitui as orientações existentes na IAS 17 Arrendamentos, mas não muda a definição de arrendamento em que é um acordo pelo qual o arrendador transmite ao arrendatário, em troca de um pagamento ou série de pagamentos, o direito de usar o ativo por um período de tempo pactuado (controle). A IAS 17 estipula um modelo “duplo de contabilização”, em que existem dois tipos de arrendamento: o operacional e o financeiro. Já a norma nova abandona, em partes, este modelo. Nesse sentido, há o que a norma chama modelo único, similar ao presente nas disposições da IAS 17 no tocante ao leasing financeiro. A IFRS 16 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 14- Ativos e passivos regulatórios
- Alterações do CPC 19/IFRS11
- Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (Alterações do CPC 27/IAS 16 E CPC 04/IAS 38)
- Transferencia ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada (Alterações do CPC 36/IFRS 10 e CPC 18/IAS 28)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas
- Entidades de investimentos (Alterações do CPC 36/IFRS 10. CPC 45/IFRS 12 e CPC 18/IAS28)
- Iniciativa de divulgação (Alteração do CPC 26/ IAS 1)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Adoção antecipada não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

7.27 Ambiente Regulatório

- **Dificuldades do setor de distribuição**

O ano de 2015, a exemplo do que ocorreu em 2014, foi marcado pelo grande aumento no preço de compra da energia adquirida para revenda. Com pouca água nos reservatórios das hidrelétricas, o setor teve que, novamente, recorrer às usinas termelétricas, que produzem energia mais cara, o que consequentemente impacta na tarifa final cobrada do consumidor.

As distribuidoras, desde 2013, enfrentam significativas dificuldades para cumprirem suas obrigações, dispostas especialmente na Lei nº 10.848/2004 e no Decreto nº 5.163/2004, de contratar o montante de energia elétrica necessário para garantir o atendimento à totalidade de seus respectivos mercados consumidores.

Tais dificuldades têm como origem eventos aos quais as referidas concessionárias não deram causa, alheios à sua gestão, tais como:

- a) Redução compulsória de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEARs”) celebrados entre geradoras e distribuidoras, determinada pela Lei nº 12.783, de 11.01.2013 (“Lei nº 12.783/2013”);
- b) A insuficiência das cotas de garantia física alocadas às distribuidoras, causada pela adesão de apenas parte das geradoras às condições de prorrogação de concessões determinadas pela Lei nº 12.783/2013;
- c) Transferência para as distribuidoras do risco hidrológico, ou seja, dos efeitos no mercado de curto prazo em decorrência de geração hidrelétrica equivalente de energia, abaixo dos montantes contratuais, com a nova modalidade de contratos de cotas instituída pela Lei 12.783/2013;

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

- d) Cancelamento ou insuficiência de oferta em leilões de energia existente nos anos de 2012; 2013; 2014 e 2015;
- e) Postergação da entrada em operação comercial de usinas hidrelétricas (p.ex., UHE Jirau e UHE Santo Antônio).

- **Apoio financeiro**

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE para cobrir os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado de compra de energia.

Em 7 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Pelo Decreto nº 8.221/2014 de 2 de abril de 2014, foi instituída a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – Conta ACR. A referida conta se destina a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em função da Exposição involuntária no mercado de curto prazo e Despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica. O Decreto define que caberá à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no caput e gerir a CONTA-ACR, assegurado o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

A Resolução Normativa ANEEL nº 612, de 16 de abril de 2014, dispõe sobre a obrigação da CCEE de contratar banco gestor e agente fiduciário para proceder às movimentações financeiras vinculadas a conta ACR. Foram firmados dois contratos de financiamentos:

- ✓ Em 02 de abril de 2014 com diversas instituições financeiras com limite total de R\$ 11,2 bilhões, com taxa CDI + 1,9% ao ano e período de pagamento: de 15 de novembro de 2015 a 15 de outubro de 2017;
- ✓ Em 15 de agosto de 2014 com diversas instituições financeiras no valor de R\$ 6,6 bilhões, com as mesmas condições do contrato anterior.

- **Revisão tarifária**

A pedido das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica foi realizada, em fevereiro de 2015, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Revisão Tarifária Extraordinária que resultou na definição de novas tarifas com vigência a partir de março do mesmo ano, tendo como base os dispositivos previstos no Contrato de Concessão de Distribuição e a Lei Geral de Concessões (Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995).

Na justificativa do pedido, foi elencada uma série de eventos que impactaram sobremaneira seus custos. Entre eles destacam-se os custos com Exposição Involuntária ao Mercado de Curto Prazo – MCP -, risco hidrológico dos Contratos de Cota de Garantia Física – CCGF-, Encargo de Serviço do Sistema por Segurança Energética, o aumento dos custos de compra de energia em função do reajuste da tarifa de Itaipu, do resultado do 14º Leilão de Energia Existente e do 18º Leilão de Ajuste, e o aumento expressivo das quotas anuais da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE para o ano de 2015.

A alegação das concessionárias distribuidoras é que esses eventos conduziram a um desequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão de Distribuição, o que, no entender das empresas, são suficientes para motivar uma revisão tarifária extraordinária de suas tarifas de energia elétrica, com base no que prevê esses mesmos Contratos e a Lei Geral de Concessões.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

• **Reajuste tarifário**

No reajustes tarifários anuais realizados em 2015, o valor da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE sofreu uma significativa majoração em relação ao reajuste tarifário de 2014, devido, principalmente, a inclusão da quota estabelecida para a Concessionária referente à Conta ACR, não incluída no cálculo da Revisão Tarifária Extraordinária que ocorreu em fevereiro de 2015.

Destaca-se que essa quota se destina ao início da quitação das operações de crédito contratadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na gestão da Conta ACR, em atendimento ao Decreto nº 8.221, de 2014, e à Resolução Normativa – REN nº 612, de 2014.

Os contratos de concessão firmados entre as distribuidoras de energia elétrica e a União, por intermédio da ANEEL, estabelecem que anualmente deve ocorrer uma atualização do valor da energia paga pelo consumidor. Essa atualização, em função da metodologia estabelecida pela ANEEL, pode ser positiva ou negativa e ocorre anualmente, na data de aniversário da distribuidora.

Segundo o contrato de concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: A e B. Na parcela A, responsável por cerca de 70% do valor da tarifa, são relacionados os custos considerados não gerenciáveis pela distribuidora, ou seja, custos que independem de controle direto da Empresa, tais como a energia comprada para revenda aos consumidores e os encargos e tributos legalmente fixados.

Na parcela B, que representa cerca de 30% do valor da tarifa, são computados os custos chamados de gerenciáveis. São aqueles que a concessionária tem controle direto e plena capacidade de administrá-los, tais como custos de pessoal, custos de material e outras atividades vinculadas diretamente à operação e manutenção dos serviços de distribuição, custos de depreciação e a remuneração dos investimentos realizados pela Empresa para o atendimento do serviço.

Neste exercício ocorreu a Revisão Tarifária Extraordinária e o Reajuste Tarifário Anual – vide nota 30.

• **Mudança do índice de atualização da base de remuneração dos ativos das concessionárias**

A Resolução Normativa nº 686 de 23 de novembro de 2015 dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá ser atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), entre a data-base do laudo de avaliação até 31 de dezembro de 2015.

8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Fundos de caixa	30	81
Recursos em contas bancárias	12.365	6.725
Ordens de pagamento emitidas	40	48
Numerário em trânsito	3.652	2.750
Aplicação financeira	15.399	6.822
	31.486	16.426

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e com remuneração diária pela taxa extramercado.

Agente financeiro	Referência	Vencimento	Rentabilidade média anual	2015	2014
Caixa Econômica	Extra mercado	Disponível	12,89	15.382	6.807
Banco do Brasil S.A.	BB Extra mercado	Disponível	12,72	17	15
				15.399	6.822

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

A exposição da aplicação financeira aos riscos de crédito e de taxa de juros está divulgada na Nota 47.

Os recursos são originários dos saldos disponíveis dos empréstimos contratados com a Holding para o programa de investimentos da Companhia.

9 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente financeiro	Referência	Vencimento	Rentabilidade média anual	2015	2014
Caixa Econômica	Extra mercado	Disponível	10,45	10.652	-
				10.652	-

Estão contabilizadas as aplicações financeiras de curto prazo junto a Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação específica para as empresas estatais, emanada do Decreto-lei nº 1.290 de 3 de dezembro 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 7.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para aplicações das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da administração federal indireta.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica liquidez, rentabilidade diária por meio de investimentos em títulos de renda fixa, pre e pós-fixados. O recurso dessa aplicação é utilizado como garantia em leilão de energia.

10 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de consumidores estão compostas da seguinte forma:

a) Consumidores e concessionários

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Ativo circulante	2015				Total	2014
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		PCLD		
		Até 90 dias	mais de 90 dias			
Fornecimento Faturado						
Privado						
Residencial	57.768	60.374	33.461	(33.833)	117.770	97.329
Industrial	19.970	6.076	6.268	(11.828)	20.486	16.883
Comercial	41.861	14.014	11.918	(14.254)	53.539	45.463
Rural	9.762	4.287	4.420	(7.079)	11.390	7.795
	<u>129.361</u>	<u>84.751</u>	<u>56.067</u>	<u>(66.994)</u>	<u>203.185</u>	<u>167.470</u>
Público						
Poder Público						
Federal	1.902	1.713	662	(567)	3.710	2.791
Estadual	2.673	1.522	1.245	(1.316)	4.124	2.874
Municipal	3.372	3.603	2.941	(2.732)	7.184	4.132
	<u>7.947</u>	<u>6.838</u>	<u>4.848</u>	<u>(4.615)</u>	<u>15.018</u>	<u>9.797</u>
Iluminação Pública	6.404	431	3.456	(3.018)	7.273	7.233
Serviço Público	6.596	6.460	37.192	(44.781)	5.467	4.788
	<u>20.947</u>	<u>13.729</u>	<u>45.496</u>	<u>(52.414)</u>	<u>27.758</u>	<u>21.818</u>
Fornecimento não faturado	26.185	-	-	(821)	25.364	23.392
Serviço taxado	5.162	-	-	-	5.162	3.382
Parcelamento de débitos (10c)	99.582	-	-	(27.951)	71.631	50.915
Acréscimo moratório	-	-	-	-	-	6.375
Energia Livre	3.267	-	-	(3.267)	-	-
Programa de redução do consumo de energia elétrica	3.950	-	-	(3.950)	-	-
Arrecadação em classificação e outros	10.004	-	-	-	10.004	2.903
	<u>298.458</u>	<u>98.480</u>	<u>101.563</u>	<u>(155.397)</u>	<u>343.104</u>	<u>276.255</u>
Suprimento	96	-	-	-	96	-
Encargos de uso do sistema	1.401	171	11.914	(12.018)	1.468	3.304
	<u>299.955</u>	<u>98.651</u>	<u>113.477</u>	<u>(167.415)</u>	<u>344.668</u>	<u>279.559</u>
Ativo não circulante						
Parcelamentos de débitos (10c)	271.211	-	-	(59.122)	212.089	197.314
	<u>271.211</u>			<u>(59.122)</u>	<u>212.089</u>	<u>197.314</u>

A variação na rubrica ocorreu em função do reajuste e revisão tarifária, do faturamento das bandeiras tarifárias que permaneceu vermelha durante o exercício.

b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

A seguir a movimentação:

	2015	2014
Saldo no início do exercício	(333.673)	(323.182)
Provisões constituídas	(1.424)	(92.955)
Baixa de títulos considerados incobráveis	65.923	82.464
Saldo no fim do exercício	<u>(269.174)</u>	<u>(333.673)</u>
Circulante	<u>(173.745)</u>	<u>(220.693)</u>
Consumidores	(167.415)	(216.735)
Outros créditos (Nota 18)	(6.330)	(3.958)
Não circulante	<u>(95.429)</u>	<u>(112.980)</u>
Consumidores	(59.122)	(78.961)
Outros créditos (Nota 18)	(32.050)	(29.762)
Outros	(4.257)	(4.257)
	<u>(269.174)</u>	<u>(333.673)</u>

Está reconhecida, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos, cuja recuperação é considerada improvável.

Para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o saldo a receber dos clientes com débitos relevantes é analisado de forma individual, considerando a experiência da Administração em relação às perdas efetivas com consumidores, a existência de garantias reais, a renegociação do débito e à situação do devedor, se em concordata e/ou falência.

A partir de janeiro de 2015 foram adotados novos critérios para a constituição e contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD (Consumidores, Renda Não Faturada e Parcelamentos). O novo normativo foi aprovado pela Resolução de Diretoria Executiva nº 142/2014, de 15 de dezembro de 2014, embasado no disposto na Nota Técnica DF/CD nº 001/2014. As alterações nos procedimentos e nas idades de provisionamento foram definidas a partir de uma análise estatística sobre a performance de recebimento dos créditos relativo à carteira de débitos do ano de 2013, até a referência de arrecadação junho de 2014, por classe de consumo e nível de tensão de fornecimento, em todas as empresas de distribuição do Sistema Eletrobras.

Quando da adoção inicial no início do exercício o impacto no resultado foi uma redução de R\$ 12.808 decorrente do aumento de R\$ 9.516 da provisão em consumo e redução de R\$ 22.324 na provisão de parcelamento.

Como resultado da análise, foram estabelecidas novas idades e quantitativo de parcelas (proposição unificada) para fins de PCLD - Consumo e PCLD - Parcelamento, respectivamente, a saber:

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

<u>Classe de consumo</u>	<u>Idade de provisionamento consumo</u>	
	<u>Relevantes (alta tensão)</u>	<u>Não relevantes (baixa tensão)</u>
Residencial	60 dias	90 dias
Industrial	180 dias	180 dias
Comercial	90 dias	150 dias
Rural	90 dias	180 dias
Poder público	150 dias	180 dias
Serviço público	120 dias	180 dias
Iluminação pública	NA	150 dias
Suprimento	60 dias	NA
Consumidor livre	60 dias	NA
PIE	60 dias	NA

PROVISÃO PARCELAMENTO		
Número de parcelas	Provisão ou reversão classes privadas	Provisão ou reversão classes públicas
Até 36 meses	Pagamento efetivo de 5 parcelas	4 parcelas faturas, vencidas e não pagas
De 37 a 60 meses	Pagamento efetivo de 5 parcelas	4 parcelas faturas, vencidas e não pagas
De 61 a 120 meses	Pagamento efetivo de 6 parcelas	6 parcelas faturas, vencidas e não pagas
Maior que 120 meses	Pagamento efetivo de 3 parcelas	6 parcelas faturas, vencidas e não pagas

c) Parcelamentos de créditos de energia elétrica

Representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia, conforme demonstrado a seguir:

	2015		2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Residencial	23.392	7.630	12.968	3.975
Industrial	26.848	45.210	22.331	21.076
Comercial	24.361	3.997	21.587	16.508
Rural	1.982	1.741	1.695	2.116
Poder público	20.862	57.676	18.841	62.451
Iluminação pública	702	6.495	835	6.970
Serviço público	1.435	148.462	1.735	148.565
	99.582	271.211	79.992	261.661
(-) PCLD	(27.951)	(59.122)	(29.077)	(64.347)
	71.631	212.089	50.915	197.314

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Na classe Serviço Público um parcelamentos firmados com a Companhia de Abastecimento D'Água e Saneamento de Alagoas – CASAL de nº 006/2008 de 28 de dezembro de 2008 com 240 parcelas, encontrando-se adimplente em 31 de dezembro de 2015.

A Companhia estima a realização do parcelamento de créditos de energia elétrica da seguinte forma:

	31.12.2015	31.12.2014
2016	-	23.216
2017	28.571	20.001
2018	24.756	19.361
2019	22.786	19.046
2020	22.369	11.399
Após 2020	<u>143.704</u>	<u>168.638</u>
	<u>242.186</u>	<u>261.661</u>

d) Encargos de uso do sistema da rede elétrica

Refere-se a receita faturada de terceiros pelo uso das linhas, redes e subestações do sistema de distribuição.

e) Energia de curto prazo

Todos os contratos de compra e venda de energia celebrados no mercado são registrados na CCEE que contabiliza as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos a cada agente. As diferenças apuradas podem ser positivas ou negativas e serão liquidadas no mercado de curto prazo e valoradas pelo PLD – Preço de liquidação das diferenças.

11 TRIBUTOS A RECUPERAR

	2015		2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS a recuperar (1)	4.325	5.019	4.336	5.997
ICMS antecipado	654	-	380	-
Retenções Lei nº 10.833/03	3.256	-	2.209	-
INSS	861	-	867	-
Imposto de renda retido na fonte (2)	467	-	274	-
Cofins/Pasep a compensar	1.697	-	-	-
Outros	426	-	400	-
	<u>11.686</u>	<u>5.019</u>	<u>8.466</u>	<u>5.997</u>

(1) Com base na Lei Complementar nº 102/2002, a Companhia vem registrando ICMS a recuperar no Controle de Apropriação de Crédito do ICMS do Ativo Permanente - CIAP, decorrente das

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, intangível. Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de ICMS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48 conforme determina a legislação estadual.

	Circulante	Não circulante
Saldo em 1º de janeiro de 2014	3.956	5.968
Movimentação	739	577
Ajuste a valor presente	(359)	(548)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.336	5.997
Movimentação	-	(982)
Ajuste a valor presente	(11)	4
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.325	5.019

- (2) Correspondem às retenções na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras e retenções na fonte de órgãos públicos referente a serviços prestados, de acordo com o Art. 64 da Lei 9.430 de 199. E art. 34 da Lei 10.833 de 2007.

12 DIREITO DE RESSARCIMENTO

		2015	2014
Subvenção baixa renda	(a)	9.783	9.061
Repasse CDE descontos tarifários	(b)	15.120	17.610
Repasse conta centralizadora	(c)	233	-
Repasse conta ACR	(d)	-	13.890
		25.136	40.561

- a) Em cumprimento da Lei Federal nº 10.438/2002 e da Resolução ANEEL nº 246/2002, a Companhia criou no exercício de 2003 o Programa de Tarifa Social. Por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para a concessão de subvenção com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa.

Os valores das subvenções são apurados mensalmente e após homologação pela ANEEL os recursos financeiros são liberados pela Eletrobras. O saldo refere-se à provisão do mês de outubro (R\$ 7.150 homologado pela ANEEL através do Despacho nº 7.866/2015 de 30.11.2015), de novembro (R\$ 7.069 homologado pela ANEEL através do Despacho nº 4.155/2015 de 30.12.2015) e do mês de dezembro de 2015 (R\$ 7.564 homologado pela ANEEL através do Despacho nº 259 de 29.01.2016).

- b) O Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, determinou que os recursos da CDE fossem destinados as distribuidoras para neutralizar a exposição no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica; e para cobrir o custo adicional decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética, conforme decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. O montante mensal dos recursos são homologados pela ANEEL e repassados pela Eletrobras, considerando o resultado do processo de contabilização, no âmbito da CCEE, a partir das operações de janeiro de 2017. O saldo refere-se aos meses de agosto a dezembro de 2015;
- c) A Resolução Normativa ANEEL nº 649, de 27 de fevereiro de 2015, aprovou o Sub-módulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que trata das Bandeiras Tarifárias e dá outras providências, como:

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

- ✓ A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE criará e manterá a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (Conta Bandeiras), com a finalidade específica de administrar os recursos decorrentes da aplicação das Bandeiras Tarifárias;
 - ✓ Os agentes de distribuição farão o recolhimento dos recursos provenientes do faturamento das Bandeiras Tarifárias, em nome da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, diretamente à Conta Bandeiras; e
 - ✓ Os recursos disponíveis na Conta Bandeiras serão repassados mensalmente aos agentes de distribuição no processo de liquidação financeira do mercado de curto prazo, considerando os custos realizados da geração de energia por fonte termelétrica e das exposições ao mercado de curto prazo, apurados pela CCEE conforme Regras de Comercialização e Mecanismo Auxiliar de Cálculo – MAC. O saldo refere-se a fatura de novembro conforme Despacho nº 7 de 5 de janeiro de 2016.
- d) O Decreto nº 8.221/2014, de 1º de abril de 2014, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 612/2014, de 16 de abril de 2014, estabeleceu a criação da Conta no Ambiente de Contratação Regulada- Conta -ACR, que tem como finalidade cobrir total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica do período de fevereiro a dezembro de 2014, em decorrência da exposição involuntária no mercado de curto prazo, e Despacho de usinas termelétricas vinculadas a contratos de comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

13 ALMOXARIFADO

O valor corresponde aos materiais em depósito, disponíveis para operação, manutenção e investimentos. Estão registrados pelo seu custo médio, líquidos de provisão para perda.

Estão classificados neste grupo os materiais e equipamentos em almoxarifado.

	2015	2014
Almoxarifado	4.780	4.627
Emprestados	561	824
Destinados a alienação	758	94
Resíduos e sucatas	536	418
(-) Provisão para perdas em estoque	(536)	(418)
	6.099	5.545

14 SERVIÇOS EM CURSO

	2015	2014
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	8.166	14.561
PEE - Programa de eficiência energética	1.803	13.063
Outros	1.183	714
	11.152	28.338

Nesta rubrica estão contabilizados os gastos realizados com pesquisas e desenvolvimento e eficiência energética, enquanto os projetos não são encerrados.

A variação refere-se a gastos com os programa P&D: nas áreas de meio ambiente; eficiência energética e *Demand Response*; redes inteligentes; planejamento; operação; supervisão; controle e proteção; qualidade e confiabilidade dos serviços de energia elétrica; medição, faturamento e combate as perdas comerciais, e no programa de eficiência energética: programas voltados para conscientização, uso racional

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

da energia elétrica e substituição de equipamentos ineficientes utilizados pela população, obedecendo à tipologia residencial baixa renda e educacional do programa de eficiência energética da ANEEL.

Neste exercício foram encerrados 9 (nove) projetos do P&D: Projeto Gestão 2011, Smart Grid Abradee, M&D, Tempo Real, Sensores na Industria, Gestão 2013, Gestão 2014, Gestão 2012 e Sistema Supervisor; e 04 (quatro) projetos de PEE: Agente Eletrobras, Projeto Intinerante, Arapiraca e Gestão 2017.

15 ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

		2015	2014
ATIVO CIRCULANTE			
Parcela A - CVA	(a)	196.813	57.616
Outros itens financeiros	(b)	16.075	15.622
		<u>212.888</u>	<u>73.238</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Parcela A - CVA	(a)	38.252	111.736
		<u>38.252</u>	<u>111.736</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>251.140</u>	<u>184.974</u>
PASSIVO CIRCULANTE			
Parcela A - CVA		55.771	2.258
Outros itens financeiros		68.234	3.680
		<u>124.005</u>	<u>5.938</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Parcela A - CVA		16.380	5.673
		<u>16.380</u>	<u>5.673</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>140.385</u>	<u>11.611</u>
Total dos valores líquidos a receber de Parcela A e outros itens financeiros		<u>110.755</u>	<u>173.363</u>

(a) CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Circulante – Os montantes registrados no circulante (ativo e passivo) referem-se aos valores já homologados pela ANEEL quando do reajuste tarifário concluído em agosto de 2015 (Resolução Homologatória nº 1.984, de 19 de novembro de 2015); A variação nesta rubrica é decorrente da transferência do longo prazo da constituição do período 2014/2015 a amortizar a partir de novembro/2015;

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Não Circulante – representam uma estimativa da formação da CVA a ser homologada no próximo reajuste tarifário (agosto de 2016).

(b) Itens Financeiros (Nota técnica nº 215/2015 - SGT/ANEEL)

Reversão do Financeiro RTE

Reversão de valor referente à receita faturada nas competências março/15 e abril/15 proveniente dos componentes financeiros de CDE estabelecidos na RTE, devidamente atualizado pela SELIC. Já para o componente financeiro de Compra de Energia estabelecido na RTE, houve reversão da receita faturada para a competência março/15 a maio/15, atualizada pela SELIC.

Ajuste financeiro CUSD

Em cumprimento ao disposto no artigo 7º da Portaria Interministerial nº 25/2002, ajustou-se financeiramente os custos decorrentes dos contratos de uso do Sistema de Distribuição firmado com a CELPE.

Diferencial Eletronuclear

É a diferença entre a tarifa praticada e a de referência entre FURNAS e ELETRONUCLEAR, conforme determina a lei nº 12.111/2009.

Exposição CCEAR entre submercados

Refere-se a rateio dos riscos financeiros decorrente de diferenças de preços entre submercados, conforme artigo 28 do Decreto nº 5.163/2004. O valor refere-se a exposição líquida do período de janeiro a dezembro de 2014.

Garantias financeiras na contratação regulada de energia (CCEAR)

Reconhecimento dos valores pagos do período de julho de 2014 a maio de 2015, atualizados pelo IPCA.

Neutralidade - Encargos setoriais

Refere-se ao cálculo das diferenças mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo anterior, atualizados pela SELIC.

Repasse da sobrecontratação/exposição de energia REN nº 255/2007

De acordo com os critérios definidos no Despacho nº 4.225/2013, foi calculada para a Companhia, em relação ao ano civil de 2014, exposição ao mercado de curto prazo de energia, que refere-se a exposição involuntária e, portanto, não se aplica ao limite do Preço de Referência - VR.

Repasse de compensação DIC/FIC

Refere-se a valores decorrentes do repasse aos consumidores da compensação financeira referente a violação dos limites de continuidade dos pontos de conexão dos acessos de distribuidoras a outras distribuidoras, conforme Módulo 8 do PRODIST.

Saldo a compensar da CVA

Valores da previsão contemplada no processo tarifário de 2015, atualizada pela SELIC.

16 ATIVOS FINANCEIROS – CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº07/2001, de 15 de julho de 2001, celebrado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. Essa indenização refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito da concessão, decorrente da aplicação do modelo financeiro.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo utilizou como base a metodologia do valor novo de reposição.

O cálculo do valor novo de reposição levou em consideração os bens do ativo financeiro e intangível em serviço, passivos de remuneração com data base em 31 de dezembro de 2015.

	Em serviço			Em curso			Total
	Valor histórico	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor histórico	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 1º.01.2014	677.776	(241.140)	436.636	249.527	(98.311)	151.216	587.852
Adições				80.795	(725)	80.070	80.070
Valor novo de reposição	(13.960)	-	(13.960)	-	-	-	(13.960)
Reclassificação (*)	2.726	1.186	3.912	12.127	(768)	11.359	15.271
Transferências	35.378	(4.893)	30.485	(35.378)	4.893	(30.485)	-
Baixas	(514)	1.014	500	-	-	-	500
Saldo em 31.12.2014	701.406	(243.833)	457.573	307.071	(94.911)	212.160	669.733
Adições				114.391	(17.735)	96.656	96.656
Valor novo de reposição	25.843	-	25.843	-	-	-	25.843
Reclassificação (*)	(77.004)	25.056	(51.948)	(6.245)	713	(5.532)	(57.480)
Transferências	85.217	(2.472)	82.745	(85.217)	2.472	(82.745)	-
Baixas	(2.031)	122	(1.909)	-	-	-	(1.909)
Saldo em 31.12.2015	733.431	(221.127)	512.304	330.000	(109.461)	220.539	732.843

(*) As reclassificações entre os grupos financeiro, intangível e imobilizado ocorreram em função da implantação da Resolução ANEEL nº 367/2009 e mudança das taxas de depreciação.

17 OUTROS

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

	31.12.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Serviços prestados a terceiros	2.147	-	2.418	-
Empréstimos CEAL/SEINFRA	-	3.388	-	3.388
Rendas a receber (a)	5.161	-	4.480	-
COSIP (b)	26.171	-	16.832	-
Proinfa (c)	2.140	-	1.520	-
Ação CEAL x CODEVASF x CHESF (d)	-	27.606	-	25.513
CVA - Racionamento (e)	-	4.257	-	4.257
Outros	2.581	1.620	4.999	1.425
	38.200	36.871	30.249	34.583
(-) PCLD	(6.330)	(36.307)	(3.958)	(34.019)
	31.870	564	26.291	564

- a) Rendas a receber refere-se a valores a receber em decorrência do uso mútuo de postes pelas empresas de telefonia e internet;
- b) Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública – COSIP – são valores faturados do serviço de iluminação pública;
- c) Proinfa – refere-se ao pagamento antecipado da quota de janeiro de 2016, fixada pela Resolução Homologatória nº 2.003, de 15 de dezembro de 2015. Será transferido para despesas de operações com energia elétrica em janeiro de 2016;
- d) Ação CEAL X CODEVASF X CHESF

Em 1997 a Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba propôs ação cautelar visando à que a CHESF fosse compelida, na condição de devedora de tarifas de energia elétrica, ao cumprimento integral dos termos do Convênio nº 0-34/83-I, impedindo que as concessionárias CEAL e ENERGIPE efetuassem cortes de fornecimento, nas respectivas áreas de atuação e competência.

Em 02/02/2005 foi proferida decisão judicial no seguinte sentido: “Em face do exposto, determino que não haja interrupção do fornecimento de energia elétrica aos projetos CODEVASF, podendo as empresa concessionárias deduzirem o respectivo valor das contas, a partir do próximo vencimento, dos valores referentes ao pagamento de energia que adquirem à CHESF, ficando esclarecido que tal determinação somente se aplica às contas vincendas”.

Durante o período de 15/07/2006 a 15/10/2008, a Companhia passou a proceder as deduções do seu crédito junto à CODEVASF dos valores devidos à CHESF.

Em 05/11/2008, foi proferida a sentença do processo judicial, no qual ficou consignado que, a partir da data de sua publicação, as faturas vincendas emitidas em desfavor da CODEVASF não deveriam mais ser compensadas nos débitos existentes junto à CHESF.

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em 12/09/2011 proferiu acórdão mantendo a sentença de primeiro grau em todos os seus termos.

O processo encontra-se aguardando julgamento de Recurso Especial no Superior Tribunal de Justiça, não havendo, até o momento qualquer decisão por parte do citado Tribunal.

A legalidade das compensações realizadas é evidente, conforme teor da sentença, em especial, o seguinte trecho: “Os valores efetivamente compensados a partir da referida autorização de fls. 1196/1197 deverão ser devidamente apurados na fase de liquidação e deduzidos do valores devido pela CHESF à CODEVASF”.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em virtude da CHESF não ter aceito a compensação por tratar-se de liminar e o processo ainda estar em andamento, a Companhia reconheceu em setembro de 2014 o valor de R\$ 25.122 (atualizado em 2014 para R\$ 25.513) a receber da CODEVASF, valor esse totalmente provisionado.

e) valores tarifários não gerenciáveis a compensar da parcela "A"- racionamento

A Resolução ANEEL nº 90, de 18/02/2002, definiu os item da parcela "A", referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 25/10/2001, bem como a forma de remuneração econômica, mediante a incorporação dos efeitos financeiros, e o período para a recuperação tarifaria. Estes valores foram homologados com base na Resolução nº 482, de 29/08/2002, os quais serão recuperados por meio de adicional tarifário nas contas faturadas, sendo 2,9% para consumidores da classe residencial (exceto subclasse baixa renda), iluminação pública e rural, e de 7,9% para as demais classes consumidoras, contados a partir de 27/12/2001, após a conclusão da RTE. Mediante Resolução nº 001, de 12/01/2004, foi excluído o prazo máximo de recuperação dos valores financeiros de itens da parcela "A".

18 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2015	2014
Cauções de depósitos vinculados - CCEE (a)	7.006	6.031
Depósitos vinculados a litígios (b)	34.839	33.569
	41.845	39.600

- a) Refere-se a depósito de garantia numa conta a disposição da CCEE para liquidação da energia consumida no mês anterior e garantir o pagamento do mês subsequente no âmbito da CCEE. Em função da mudança nas regras de liquidação da CCEE, os depósitos de garantia estão sendo realizados no mês da liquidação. Anteriormente, a garantia era de 2 (dois) meses;
- b) Refere-se a depósitos judiciais e bloqueios de processos da Justiça do Trabalho, da Justiça Civil e da ANEEL.

19 INTANGÍVEL

Com a adoção da ICPC 01, os ativos fixos tangíveis das concessões foram reclassificados para a rubrica de intangíveis das concessões – ICPC 01.

Este grupo é formado por intangível – Concessão que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do Imobilizado os quais foram bifurcados), conforme demonstrado a seguir:

	Em serviço			2015	2014
	Custo	Amortização	Obrigações Especiais		
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	513.901	(449.991)	(18.955)	44.955	13.635
Em Curso					
Direito de uso da concessão	10.351	-	(1.259)	9.092	-
	524.252	(449.991)	(20.214)	54.047	13.635

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

	2014	Adições	Baixas	Reclassificação (*)	Transferências	(-) Amortização	2015
Em serviço							
Ativo Intangível	430.194	-	(1.307)	77.035	7.979		513.901
Amortização acumulada	(410.411)	-	1.307	(24)		(40.863)	(449.991)
Obrigações especiais	(71.689)	-	9	(25.056)	(186)		(96.922)
Amortização das obrigações especiais	65.541	-	-	-	-	12.426	77.967
	13.635	-	9	51.955	7.793	(28.437)	44.955
Em curso							
Ativo Intangível	-	4.728	-	13.602	(7.979)	-	10.351
Obrigações especiais	-	(733)	-	(712)	186	-	(1.259)
	-	3.995	-	12.890	(7.793)	-	9.092
	13.635	3.995	9	64.845	-	(28.437)	54.047

(*) As reclassificações entre os grupos financeiro, intangível e imobilizados ocorreram em função da implantação da Resolução ANEEL nº 367/2009 e mudança das taxas de depreciação.

Os critérios utilizados para amortização do ativo intangível preveem de forma estimada o período da vida útil de cada bem contido na infraestrutura de distribuição. Assim, esses bens são amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

O detalhamento da rubrica de direito e uso de concessão está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Intangível em serviço	513.901	430.194
(-) Amortização	(449.991)	(410.411)
(-) Obrigações especiais	(96.922)	(71.689)
Amortização das obrigações especiais	77.967	65.541
	44.955	13.635
Intangível em curso	10.351	-
(-) Obrigações especiais	(1.259)	-
	9.092	-
Total	54.047	13.635

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Provisão para perda no valor de recuperação dos ativos (impairment)

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O resultado desta análise não culminou com a necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2015.

20 IMOBILIZADO

	2015			2014
	Valor histórico	Depreciação	Valor líquido	
Em serviço				
Intangível	15.189	(8.132)	7.057	8.033
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.754	(5.648)	1.106	1.331
Máquinas e equipamentos	13.432	(8.580)	4.852	4.025
Veículos	8.035	(6.349)	1.686	2.444
Móveis e utensílios	8.371	(5.648)	2.723	2.271
Terrenos	527	-	527	527
	<u>52.308</u>	<u>(34.357)</u>	<u>17.951</u>	<u>18.631</u>
Em curso				
Intangível	9.461	-	9.461	4.465
Edificações	374	-	374	239
Máquinas e equipamentos	3.958	-	3.958	363
Veículos	-	-	-	-
Móveis e utensílios	13	-	13	-
	<u>13.806</u>	<u>-</u>	<u>13.806</u>	<u>5.067</u>
	66.114	(34.357)	31.757	23.698

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em serviço	(-) Depreciação acumulada	Em curso	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	44.281	(23.899)	3.706	24.088
Adições	-	-	-	-
Reclassificação	177	-	3.578	3.578
Baixa	-	-	1.313	1.490
Transferência	3.530	-	(3.530)	-
Depreciação	-	(5.458)	-	(5.458)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>47.988</u>	<u>(29.357)</u>	<u>5.067</u>	<u>23.698</u>
Adições	-	-	6.405	6.405
Reclassificação	-	-	7.106	7.106
Baixa	(452)	450	-	(2)
Transferência	4.772	-	(4.772)	-
Depreciação	-	(5.450)	-	(5.450)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	52.308	(34.357)	13.806	31.757

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação para seus bens com aplicação das taxas, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012. As principais taxas anuais por atividade são:

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Comercialização/Administração	Taxa anual de depreciação (%)
Edificações	3,33
Veículos	14,29
Equipamentos de informática	16,67
Móveis e utensílios	6,25
Máquinas e equipamentos	6,25

21 FORNECEDORES

	2015		2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Encargos de uso do sistema de transmissão	4.251	-	4.942	-
Fornecedores de energia elétrica (a)	118.955	-	90.174	-
Energia livre (b)	4.008	-	3.670	-
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE (c)	41.482	-	27.185	-
Materiais e serviços (d)	71.049	-	49.991	-
	239.745	-	175.962	-

a) Fornecedores de energia elétrica

Correspondem a obrigações com fornecedores de energia adquiridas em contratos de leilões, Angra I e Angra II e cotas de garantia física.

b) Energia livre

Durante o período de racionamento houve comercialização de energia elétrica não contratada denominada energia livre. Entendendo-se como tal a energia ofertada no sistema elétrico não proveniente dos contratos iniciais, ou equivalentes, e nos contratos bilaterais. Através do Despacho nº 2.517, de 26 de agosto de 2010 a ANEEL fixou os montantes finais do repasse de energia livre.

O saldo remanescente é decorrente do Mandado de Segurança Coletivo impetrado pela ABRADDEE com pedido de liminar – Processo nº 437399120104013400/DF. Em 28 de setembro de 2010 foi deferido à antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida. Em 24 de maio de 2013 foi negado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região o agravo de instrumento nº 0013100712011401000/DF. Em 11 de janeiro de 2012 foi indeferido pelo Tribunal Federal Regional da 1ª Região o pedido de antecipação da tutela recursal. Em 17 de maio de 2013 foi negado pelo Tribunal Federal Regional da 1ª Região o seguimento do agravo de instrumento.

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	2015	2014
CCEE	2.682	2.456
Cemig	1.326	1.214
	4.008	3.670

c) CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

	2015	2014
CCEE curto prazo	34.154	21.628
CCEE- Contrato de garantia física	5.634	3.975
CCEE - Cotas partes Angra I e II	1.694	1.582
	41.482	27.185

- ✓ **Curto prazo** - refere-se a créditos da comercialização de energia à curto prazo na CCEE, informados a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado. O saldo refere-se à contabilização da fatura de outubro (R\$ 12.339), de novembro (R\$ 17.232) e previsão da fatura de dezembro (R\$8.583).
- ✓ **Contrato de garantia física** - Conforme legislação os empreendimentos de geração hidrelétrica, alcançadas pela mesma, terão alocada por meio de cotas, a totalidade de sua garantia física às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN, e receberão remuneração por tarifa regulada pela ANEEL. A liquidação financeira centralizada é feita pela CCEE, considerando o rateio entre as concessionárias de geração. A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.410, de 24 de janeiro de 2013 estabeleceu as cotas partes para o ano de 2014 e na Resolução Normativa nº 631, de 25 de novembro de 2014 estabeleceu as cotas para o ano de 2015. O saldo refere-se à fatura de dezembro de 2015.
- ✓ **Cotas partes Angra I e II** - Referem-se à energia comercializada com as concessionárias de distribuição de energia elétrica adquirentes das cotas partes da produção disponibilizada para o Brasil. As concessionárias de distribuição que atuam no Sistema Interligado Nacional - SIN estão obrigadas a adquirir a energia elétrica gerada por Angra I e Angra II, conforme disposto no Art. 11 da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009 A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.407, de 21 de dezembro de 2013 estabeleceu as cotas partes para o ano de 2013 a 2018. O saldo refere-se à fatura de dezembro de 2015.

d) Materiais e Serviços

Corresponde às obrigações com fornecedores de materiais e prestadores de serviços contratados, de modo a realizar operações e manutenções do sistema de distribuição de energia elétrica para atender a área de concessão.

22 TRIBUTOS A RECOLHER

		2015		2014	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS	(a)	33.542	-	52.180	-
ISS		1.079	-	1.029	-
INSS e outras contribuições sociais		6.162	-	2.125	-
FGTS		840	-	747	-
PASEP	(b)	5.105	-	125	-
COFINS	(c)	23.878	-	9.404	-
Retenções		18.988	-	16.280	-
IRPJ sobre empréstimos		542	-	995	-
ICMS parcelamento	(d)	12.824	1.069	-	-
Parcelamento ordinário	(e)	2.834	10.864	-	-
		105.794	11.933	82.885	-

- a) O saldo de 2015 refere-se a provisão do mês de dezembro (2014 - inadimplência de novembro e a provisão de dezembro);
- b) O saldo refere-se a inadimplência dos meses de outubro e novembro e a provisão dos tributos de dezembro;

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

c) O saldo refere-se a inadimplência dos meses de outubro e novembro e a provisão dos tributos de dezembro;

d) ICMS parcelamento

Parcelamento do ICMS do mês de novembro de 2014, com as seguintes características: pagamento em 24 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento, a partir da segunda, no último dia útil de cada mês; acrescidas aos juros, mensalmente, montante referente à aplicação da taxa SELIC;

e) Parcelamento ordinário

Débito com a Fazenda Nacional conforme Processo Administrativo nº 10410.002417/2001-28, referente a crédito de IPI da Usina Caeté utilizado para pagamento de tributos federais e indeferido pela Receita Federal. O saldo devedor será pago em 59 parcelas mensais iniciadas em junho de 2017. Para efeito de pagamento as prestações serão acrescidas de juros equivalentes a taxa SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao pagamento, e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. As regras do programa estabelecem como condição de permanência no mesmo a obrigatoriedade do pagamento regular de impostos e contribuições. O valor do parcelamento também está registrado no ativo não circulante, tendo em vista o acordado com a Usina, em que esta se compromete a indenizar e ressarcir qualquer cobrança que seja feita a Companhia, conforme cláusula décima quinta – indenização e ressarcimento.

23 FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As obrigações com empréstimos e financiamentos estão demonstradas a seguir:

a) Composição

		2015			2014		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda nacional							
Empresas do grupo							
Eletrobras	(1)	302.938	856.905	1.159.843	223.681	717.219	940.900
Instituições financeiras	(2)						
CEF		5.000	-	5.000	5.000	-	5.000
IBM do Brasil		2.172	5.569	7.741	-	-	-
Banco do Brasil		-	-	-	5.000	-	5.000
		<u>7.172</u>	<u>-</u>	<u>12.741</u>	<u>10.000</u>	<u>-</u>	<u>10.000</u>
Outros	(3)						
Faceal		-	-	-	6.169	-	6.169
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.169</u>	<u>-</u>	<u>6.169</u>
		<u>310.110</u>	<u>856.905</u>	<u>1.172.584</u>	<u>239.850</u>	<u>717.219</u>	<u>957.069</u>
Moeda estrangeira							
Instituições financeiras							
Lloyds Bank	(2)	-	1.856	1.856	-	1.263	1.263
		<u>-</u>	<u>1.856</u>	<u>1.856</u>	<u>-</u>	<u>1.263</u>	<u>1.263</u>
Total geral		<u>310.110</u>	<u>858.761</u>	<u>1.174.440</u>	<u>239.850</u>	<u>718.482</u>	<u>958.332</u>

b) Detalhamento dos financiamentos e empréstimos

(1) Centrais Elétricas Brasileiras S.A. –Eletrobras

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

2015

Programa de obras realizadas

Contrato	Data de assinatura	Data de vencimento	Taxa de juros (% a.a)	Circulante	Não circulante	Total	2014
ECF-1575/97-RGR	05/11/97	30/09/18	6,50+2,00	322	594	916	1.233
ECF-1595/97-RGR	13/11/97	30/09/18	5,00+1,00	61	106	167	228
ECF-1517/97-RGR	05/11/97	30/09/18	5,00+1,00	23	41	64	87
ECF-1693/98-RGR	14/05/98	30/09/18	6,50+2,00	210	397	607	819
ECF-1760/98-RGR	01/07/98	30/09/18	6,50+2,00	277	529	806	1.088
ECF-1862/99-RGR	23/03/99	30/09/18	6,50+2,00	21	37	58	79
ECF-1957/99-RGR	27/12/99	30/09/18	5,00+2,00	443	776	1.219	1.662
ECF-1971/00-RGR	05/05/00	31/03/19	5,00+1,00	1.036	2.331	3.367	4.403
ECF-2070/00-RGR	18/04/01	31/05/15	5,00+2,00	-	-	-	75
ECF-2129/02-RGR	24/04/02	30/09/15	5,00+2,00	-	-	-	331
ECF-2263/02-RGR	09/12/02	30/09/15	5,00+2,00	-	-	-	425
ECFS-004/04-RGR	27/05/04	30/04/20	5,00+1,00	531	1.771	2.302	2.833
ECF-2335/04-RGR	12/05/04	28/02/15	5,00+2,00	-	-	-	65
ECF-2336/04-RGR	12/08/04	28/02/15	5,00+2,00	-	-	-	170
ECF-2337/04-RGR	12/08/04	31/08/15	5,00+2,00	-	-	-	1.139
ECF-2510/05-RGR	27/10/05	01/09/15	5,00+1,00	1.264	-	1.264	2.949
ECFS-107/05-RGR	14/12/05	30/11/20	5,00+1,00	639	2.503	3.142	3.781
ECF-2511/05-RGR	19/01/06	31/01/16	5,00+2,00	5	-	5	66
ECF-2519/05-RGR	19/01/06	30/09/16	5,00+2,00	591	-	591	1.379
ECF-2543/06-RGR	04/04/06	30/09/16	5,00+2,00	885	-	885	2.066
ECF-2565/06-RGR	27/07/06	30/06/16	5,00+2,00	154	-	154	461
ECF-2567/06-RGR	20/06/06	30/06/16	5,00+2,00	190	-	190	570
ECF-2581/06-RGR	31/07/06	31/08/16	5,00+2,00	722	-	722	1.806
ECFS-171/07-RGR	28/02/07	30/09/21	5,00+1,00	874	4.150	5.024	5.898
ECF-2632/07-RGR	04/10/07	30/09/16	5,00+2,00	236	-	236	551
ECF-2638/07-RGR	04/10/07	30/09/16	5,00+2,00	957	-	957	2.233
ECF-2646/07-RGR	22/10/07	30/09/16	5,00+2,00	478	-	478	1.116
ECF-2647/07-RGR	22/10/07	30/09/16	5,00+2,00	976	-	976	2.277
ECF-2649/07-RGR	22/10/07	30/09/16	5,00+2,00	941	-	941	2.195
ECFS-196/07-RGR	07/11/07	31/12/17	5,00+1,00	676	3.213	3.889	4.567
ECFS-242/08-RGR	04/12/08	30/11/21	5,00+1,00	1.133	5.571	6.704	7.836
ECFS-250/09-RGR	04/12/08	30/09/16	5,00+1,00	1.176	5.882	7.058	8.234
ECFS-311/10-RGR	09/11/10	31/12/22	5,00+1,00	684	4.104	4.788	5.471
ECF-2940/11-RGR	28/07/11	31/03/19	5,00+2,00	3.101	6.978	10.079	13.180
ECFS-2650/07-RGR	13/11/07	31/12/17	5,00+2,00	1.846	1.846	3.692	5.538
ECFS-2867/10-RGR	12/08/10	30/09/17	5,00+2,00	4.617	3.463	8.080	12.697
ECFS-2881/10-RGR	18/01/11	30/09/18	5,00+2,00	5.216	9.129	14.345	19.562
ECFS-2825/11-RGR	12/05/10	30/11/18	5,00+1,00	798	1.529	2.327	3.125
ECFS-326/12-RGR	04/06/11	31/08/24	5,00+1,00	352	2.702	3.054	3.406
				31.435	57.652	89.087	125.601
Programa de obras em curso							
ECF-2922/11-RGR	05/04/11	31/01/19	5,00+2,00	6.082	12.671	18.753	24.835
				6.082	12.671	18.753	24.835

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

2015

Outros programas	Data de assinatura	Data de vencimento	Taxa de juros (% a.a)	Circulante	Não circulante	Total	2014
ECF-2901/10 -BIRD	05/05/11	30/04/26	Juros Trimestrais	-	80.367	80.367	42.847
ECF-2987/11-RO	13/04/12	31/12/19	SELIC+0,05	3.687	14.748	18.435	16.042
ECF-2860/10-RO	30/05/10	31/07/17	SELIC+0,05	3.376	5.345	8.721	7.589
ECF-2880/10-RO	30/11/10	31/07/17	SELIC+0,05	3.695	5.850	9.545	8.305
ECF-2900/10-RO	28/12/10	30/06/18	SELIC+0,05	3.632	9.381	13.013	11.325
ECF-2917/11-RO	19/03/11	31/07/18	SELIC+0,05	3.693	9.539	13.232	11.514
ECF-2971/11-RO	16/11/11	31/12/18	SELIC+0,05	11.201	33.603	44.804	38.988
ECF-2976/11-RO	16/12/11	31/07/16	SELIC+0,05	14.658	8.550	23.208	20.195
ECF-2950/11-RO	30/09/11	31/10/15	SELIC+0,05	5.187	-	5.187	4.514
ECF-3027/12-RO	24/10/11	30/04/19	SELIC+0,05	9.778	33.409	43.187	37.583
ECF-3012/13-RO	03/12/12	31/07/19	SELIC+0,05	128	1.022	1.150	769
ECF-3051/13-RO	31/07/13	31/05/15	SELIC+0,05	6.892	-	6.892	6.000
ECF-3070/13-RO	09/09/13	31/05/16	SELIC+0,05	11.970	4.988	16.958	14.757
ECF-3059/13-RO	09/09/13	31/12/17	SELIC+0,05	5.056	10.111	15.167	13.198
ECF-3065/13-RO	03/10/12	31/12/15	SELIC+0,05	13.228	-	13.228	11.511
ECF-3071/13-RO	09/09/13	30/09/16	SELIC+0,05	8.166	6.124	14.290	12.436
ECF-3073/13-RO	29/10/13	31/01/16	SELIC+0,05	2.054	171	2.225	1.936
ECF-3077/13-RO	29/10/13	28/02/16	SELIC+0,05	32.121	5.353	37.474	32.611
ECF-3078/13-RO	29/10/13	31/12/15	SELIC+0,05	12.370	-	12.370	10.764
ECF-3087/13-RO	29/10/13	31/01/16	SELIC+0,05	4.051	338	4.389	3.819
ECF-3093/13-RO	24/10/13	31/01/16	SELIC+0,05	1.355	113	1.468	1.278
ECF-3095/13-RO	24/10/13	31/01/16	SELIC+0,05	7.320	610	7.930	6.901
ECF-3094/13-RO	24/10/13	31/01/16	SELIC+0,05	6.824	569	7.393	6.434
ECF-3100/13-RO	28/11/13	31/01/15	SELIC+0,05	-	-	-	6.365
ECF-3104/13-RO	09/12/13	31/12/14	SELIC+0,05	28.067	-	28.067	24.424
Resolução 859/13-RO	28/11/13	31/12/14	SELIC+0,05	6.751	563	7.314	-
Resolução 614/14-RO	15/09/14	31/07/22	CDI + 0,05	5.213	69.855	75.068	65.000
Resolução 749/14-RO	10/11/14	31/08/22	CDI + 0,05	29.944	401.244	431.188	373.359
Resolução 115/15-RO	31/03/15	31/03/18	SELIC+0,05	12.921	21.535	34.456	-
Resolução 262/15-RO	04/05/15	30/11/16	SELIC+0,05	10.277	-	10.277	-
Resolução 603/15-RO	09/11/15	30/11/19	CDI + 0,05	1.806	63.194	65.000	-
				265.421	786.582	1.052.003	790.464
				302.938	856.905	1.159.843	940.900

✓ **ELETOBRAS**

Estes empréstimos foram originados de recursos do FINEL e RGR, dado como garantia a Receita própria e notas promissórias, e são liquidados no dia 30 de cada mês. Esses empréstimos foram destinados a obras diversas: subtransmissão, iluminação pública, Implantação do sistema comercial, distribuição, Programa Luz para Todos, combate a perdas, recuperação do sistema elétrica, Projeto Energia +; bem como para capital de giro, devolução do programa luz para todos, liquidação de faturas da CCEE, pagamento das rescisões do Plano de Desligamento Incentivado e liquidação de parte do serviço da dívida em RO.

O Conselho de Administração, através das DELs nº 034/2015 de 27.07.2015, nº 064/2015 de 29.06.2015 e nº 091-A de 14.08.2015, deliberou pela suspensão da exigibilidade do principal dos financiamentos, com incorporação dos juros e mantendo as demais condições contratuais.

✓ **BIRD**

Empréstimo para cobertura dos custos diretos da implantação do projeto denominado "Projeto de Melhoria da Performance Operacional e Financeira das Empresas de Distribuição - PROJETO ENERGIA +", com taxas de administração de 0,5% comissão de reserva de crédito de 1% a.a, e juros definidos trimestralmente pela Eletrobras, calculado com base nos custos fixados pelo BIRD, vencíveis e pagos no dia 30 de cada mês, tendo carência de 66 meses, com amortização prevista em 96 parcelas mensais, com atualização do saldo devedor pelo índice do IPCA.

(2) Instituições Financeiras

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

2015

	Data de assinatura	Data de vencimento	Taxa de juros (% a.a)	Circulante	Não circulante	Total	2014
Banco do Brasil	26/06/07	31/12/14	CDI/OVER	-	-	-	5.000
Banco IBM S/A	29/06/15	29/06/19	CDI + 0,18	2.172	5.569	7.741	-
CEF	13/09/13	31/12/14	CDI/OVER	5.000	-	5.000	5.000
Discount Bond	31/12/97	31/12/97	13/16 de 1	-	763	763	519
Par Bond	31/12/97	31/12/97	4	-	1.093	1.093	744
				7.172	7.425	14.597	11.263

✓ **Banco do Brasil**

Empréstimo contratado com o objetivo de capital de giro, sob a forma de conta garantida, atualizado pelo CDI/OVER.

✓ **Caixa Econômica Federal**

Empréstimo contratado com o objetivo de capital de giro sob a forma de conta garantida, com encargos financeiros de CDI/OVER.

✓ **Lloyd Bank**

A reestruturação da dívida em moeda estrangeira, junto a Secretaria do Tesouro Nacional, de médio e longo prazo referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/1962 está demonstrada no quadro a seguir.

Nos bônus Discount Bond e Par Bond existem garantias depositadas nos valores de R\$ 129 e R\$ 181 em 31.12.2015 (em 31.12.2014 R\$ 88 e R\$ 123), respectivamente, contabilizados como "outros" no ativo não circulante.

✓ **Banco IBM S/A**

Contrato de abertura de linha de crédito fixo com a finalidade exclusiva de disponibilização de recursos para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e/ou aquisição de programas de software relacionados a produtos de tecnologia da informação e/ou aquisição de serviços relativos a produtos de tecnologia da informação. Com taxas de juros mensais de CDI + 0,18%.

(3) Outros

2015

	Data de assinatura	Data de vencimento	Taxa de juros (% a.a)	Circulante	Não circulante	Total	2014
FACEAL	31/07/05	30/07/15	13/16 de 1	-	-	-	6.169
				-	-	-	6.169

✓ **Fundação CEAL de Assistência Social e Previdência - FACEAL**

Na condição de patrocinadora da Fundação, a Companhia atualizou a consolidação e repactuação da dívida acumulada até o exercício de 1996, junto àquela Fundação, decorrente de contribuições não liquidadas tempestivamente até então. O novo contrato assinado em 31.07.2005 prevê o pagamento da dívida em 120 parcelas e encargos com base na variação do INPC e juros de 1% ao mês sobre o saldo corrigido. A Companhia mantém o pagamento das parcelas rigorosamente atualizado.

c) Composição dos financiamentos e empréstimos por indexador

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

	2015			2014		
	Variação no período (%)	Valor	Part. (%)	Variação no período (%)	Valor	Part. (%)
Moeda nacional						
INPC		-	0,00	5,56	6.169	0,64
FINEL	0,51	2.329	0,20	1,08	3.140	0,33
RGR		105.510	8,98		147.295	15,37
SELIC/RO	21,46	1.052.004	89,57	38,66	790.465	82,48
Outros		12.741	1,08		10.000	1,04
		<u>1.172.584</u>	<u>99,84</u>		<u>957.069</u>	<u>99,87</u>
Moeda estrangeira						
Dólar	47,01	1.856	0,16		1.263	0,13
		<u>1.174.440</u>	<u>100,00</u>		<u>958.332</u>	<u>100,00</u>

d) Vencimento das parcelas não circulante dos financiamentos e empréstimos

	2015		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2016	-	-	-
2017	217.481	-	217.481
2018	182.449	-	182.449
2019	152.941	-	152.941
2020	107.842	-	107.842
2021	107.386	-	107.386
Após 2021	94.375	1.856	96.231
	<u>862.474</u>	<u>1.856</u>	<u>864.330</u>

e) Mutações dos financiamentos e empréstimos

	2015		2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo no início do exercício	239.850	718.482	236.368	393.387
Ingressos	20.000	146.664	86.255	587.545
Encargos	29.365	111.856	41.135	24.818
Variação monetária	207	7.144	1.168	684
Transferências	119.816	(119.816)	287.952	(287.952)
Amortizações	(99.128)	-	(413.028)	-
	<u>310.110</u>	<u>864.330</u>	<u>239.850</u>	<u>718.482</u>

f) Projeto Energia +

Os ingressos de recursos no total de R\$ 26.097 não transitaram pelo caixa, cujo pagamentos foram realizados pela Eletrobrás diretamente aos fornecedores. Este aportes encontram-se ajustados na apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

f) Cláusulas contratuais restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia possuem cláusulas que requerem comprovação integral dos recursos de qualquer parcela no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data da liberação do recurso, ou a verificação, pela Eletrobras, da sua aplicação indevida, desde que, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados da simples comunicação feita pela Eletrobras neste sentido, a Companhia não tenha adotado providência cabível para regularização/normalização da situação. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar na rescisão do contrato e consequente vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2015 não há inadimplência da Companhia em relação a essa cláusula.

24 OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO

		2015		2014	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	(a)	38.374	-	27.511	-
Devolução de recursos CDE - LPT	(b)				
ECFs 171/2007 - 3ª tranche		-	-	21.732	-
ECFs 196/2007 - 4ª tranche		3.234	-	2.828	-
ECFs 242/2008 - 5ª tranche		5.017	-	4.388	-
ECFs 250/2009 - 6ª tranche		-	-	7.384	-
ECFs 3163/15 - 3ª tranche		7.749	704	-	-
ECFs 3185/15- 6ª tranche		22.779	2.071	-	-
		38.779	2.775	36.332	-
		77.153	2.775	63.843	-

a) Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública – COSIP

Tributo que incide sobre a prestação do serviço de iluminação pública, efetuada pelos Municípios, no âmbito do seu território, instituído pelo Art. 149-A da Constituição Federal. Estas contribuições são cobradas nas contas de energia e quando arrecadadas são repassadas às Prefeituras Municipais.

b) Devolução de recursos CDE – PLpT

Refere-se a valores recebidos e não utilizados no Programa Luz para Todos, cuja devolução é feita através de confissão de dívida entre a Companhia e a Eletrobras. Os valores apresentados estão corrigidos pela taxa SELIC.

Para a devolução dos valores das 3ª e 4ª tranches foram celebrados os seguintes empréstimos:

- ✓ ECF 3163/2014 – saldo dos valores de repasse das Contas de CDE- ECF 250/2009 - Programa Luz para Todos 6º Tranche a restituir a Eletrobras em 12 parcelas com vencimento a partir do término da carência (4 meses) com juros calculados pela taxa SELIC *pro rata temporis* sobre o saldo devedor. O valor de cada parcela de amortização será calculado mediante divisão do saldo devedor da dívida pelo número de prestações devidas. Em caso de inadimplência poderá ser feito encontro de contas com a liberação a serem efetuadas do Programa de Subvenção Econômica dos Consumidores da Subclasse Baixa Renda; e
- ✓ ECF 3185/2014 - saldo dos valores de repasse das Contas de CDE- ECF 171/2007 - Programa Luz para Todos 3º Tranche a restituir a Eletrobras em 12 parcelas com vencimento a partir do término da carência (4 meses) com juros calculados pela taxa SELIC *pro rata temporis* sobre o saldo devedor. O valor de cada parcela de amortização será calculado mediante divisão do saldo devedor da Dívida pelo número de prestações devidas. Em caso de inadimplência poderá ser feito encontro de contas com a liberação a serem efetuadas do Programa de Subvenção Econômica dos Consumidores da Subclasse Baixa Renda.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

25 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

		2015		2014	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Avaliação atuarial CVM 600	(a)	1.623	32.504	1.698	48.680
Contribuição suplementar da patrocinadora	(b)	4.779	-	4.064	3.913
		6.402	32.504	5.762	52.593

a) Plano de Contribuição Definida (CD) – Plano 01-B

O plano CD, por sua vez, oferece basicamente os mesmos benefícios do Plano BD, abaixo descrito, entretanto sem paralelo direto com os salários da atividade. Constitui um plano de acumulação de poupanças durante a fase da vida ativa na Companhia, com reversão em renda de aposentadoria.

Esse regime contributivo estabelece aportes mensais por parte de empregados e da empresa, com base em plano de custeio atuarial pré-concebido. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2015, as contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 4.698 (2014 - R\$ 5.175).

b) Plano de Benefício Definido (BD) – Plano 01-A

Em resumo, no plano BD, os benefícios são concedidos com base no salário de atividade. O programa garante a concessão de um patamar mínimo de renda.

O perfil populacional dos participantes do Plano BD está abaixo demonstrado:

DADOS POPULACIONAIS	2015	2014
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	17	20
1.2. Idade média	49	49
1.3 Salário médio em R\$	3.869,92	2.701,18
2. Aposentados		
2.1. Participantes aposentados - nº	315	319
2.2. Idade média	70	69
2.3. Benefício médio em R\$	1.778,89	1.778,89
3. Pensionistas		
3.1. Participantes pensionistas - nº	191	169
3.3. Benefício médio em R\$	583,46	642,8
Total de participantes	523	508

C) Termos de compromissos

Dívidas contratadas

A Companhia, em razão de insuficiência de cobertura das obrigações decorrentes de direitos relativos ao tempo de serviço já completado pelos beneficiários até a data deste balanço, subscreveu, com a entidade

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

de previdência privada administradora do programa, um contrato de dívidas cujos saldos devedores na data de 31/12/2015 e 31/12/2014 eram respectivamente R\$ 4.779 e R\$ 7.977.

Essa dívida está sendo amortizada em 100 parcelas, a partir de setembro de 2008, sendo compensada com os resultados atuariais do programa a cada ano.

25.1 Programa de Assistência à Saúde

Além dos programas previdenciários, a Companhia mantém dois outros benefícios pós emprego: seguro de vida em grupo e assistência médica aos aposentados por invalidez.

No seguro de vida em grupo, os aposentados arcam com 100% do prêmio contratado em apólice, enquanto para os ativos há uma participação financeira de 80% pela Companhia. Esse prêmio, todavia, é equalizado para toda massa segurada, incluindo ativos e inativos. Quando calculado de forma independente esse prêmio revela existência de subsídio indireto para a massa de aposentados, gerando uma obrigação pós-emprego avaliada neste relatório.

O programa de assistência médica da Companhia para os inativos é restrito à massa aposentada por invalidez.

A avaliação do compromisso pós-emprego da Companhia relativamente a esse benefício considera as hipóteses de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, em conformidade com a tábua biométrica adotada, supondo-se um ônus futuro compatível com o custo atual do benefício.

25.2 - Efeitos do Plano BD, Assistência Saúde e Seguro

25.2.1- Hipóteses atuariais e econômicas

Hipóteses econômicas		
	2015	2014
Taxa de juros de desconto atuarial anual	13,21%	12,21%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	7,31%	6,14%
Projeção de aumento médio dos salários	5,50%	7,83%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,50%	5,72%
Taxa médica de inflação anual	5,50%	5,72%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	13,21%	12,21%
Hipóteses demográficas		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 (D10)	AT-83 (D10)
Tábua de invalidez	Light forte	Light forte
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos de cada plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD foi de R\$ 9.441 (2014 – R\$ 9.862).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

25.2.2- Planos de benefícios em 31 de dezembro

O plano de benefício normalmente expõem a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em fundos de investimento de renda fixa, ações e realizáveis, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 7.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

A conciliação dos passivos dos planos de benefícios estão apresentadas a seguir:

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente e comparado estão apresentadas a seguir:

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

	2015			2014		
	Plano BD	Saúde	Total	Plano BD	Saúde	Total
Alterações nas obrigações						
Valor das obrigações atuariais no início do ano	99.320	43.969	143.289	92.242	149.512	241.754
Custo de serviços corrente líquido	52	-	52	39	-	39
Custo de juros	11.603	5.019	16.622	10.594	17.611	28.205
Benefícios pagos	(9.568)	(1.981)	(11.549)	(8.988)	(5.356)	(14.344)
<i>(Ganhos)perdas decorrente de remensuração</i>	(6.499)	(17.376)	(23.875)	5.433	(117.799)	(112.366)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	-	2.422	1.338	3.760
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(9.662)	5.551	(4.111)	1.813	24.357	26.170
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	3.163	(22.927)	(19.764)	1.198	(143.494)	(142.296)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	94.908	29.631	124.539	99.320	43.968	143.288

	2.015			2.014		
	Plano BD	Saúde	Total	Plano BD	Saúde	Total
Alterações nos ativos financeiros						
Valor justo dos ativo no início do ano	199.897	-	199.897	193.434	-	193.434
Receita de juros	24.245	-	24.245	23.040	-	23.040
Contribuições patronais	1.771	1.981	3.752	5.011	5.356	10.367
Contribuições de participantes do plano	611	-	611	578	-	578
Benefícios pagos/adiantados	(9.568)	(1.981)	(11.549)	(8.988)	(5.356)	(14.344)
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	(14.803)	-	(14.803)	(13.178)	-	(13.178)
	202.153	-	202.153	199.897	-	199.897

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

	2015	2014
Relizável	17.424	24.155
Crédito de depósitos privados	326	-
Quota de fundo de investimentos- curto prazo	213.220	1.768
Quota de fundo de investimentos- renda fixa	8.785	200.323
Quota de fundo de investimentos- ações	3.238	10.010
Empréstimos e financiamentos	(4.779)	3.075
(-) Recursos a receber - patrocinador	(1.003)	(10.822)
(-) Exigível operacional	(15.879)	(959)
(-) Exigíveis contingencial	(3.039)	(15.763)
(-) Fundo administrativo	(16.140)	(3.312)
Atualização para valor de mercado	-	(8.578)
	202.153	199.897

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercado ativos enquanto os valores justos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

25.2.3 - Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Outros resultados abrangentes (ORA) acumulados	2015	2014
Programa previdenciário	47.118	44.788
Programa de saúde	(9.917)	7.459
	37.201	52.247

Descritivo	2015			2014		
	Plano BD	Saúde	Total	Plano BD	Saúde	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício						
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	-	(2.422)	(1.338)	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	9.662	(5.551)	4.111	(1.813)	(24.357)	(26.170)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(3.163)	22.927	19.764	(1.198)	143.494	142.296
Retorno sobre ativos do plano	(14.803)	-	(14.803)	(13.178)	-	(13.178)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício	5.974	-	5.974	13.060	-	13.060
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	(2.330)	17.376	15.046	(5.551)	117.799	116.008

25.3 - Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R\$ 1.869 para o plano de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefícios definido é de 8,58 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido:

Descritivo	Mais de	Entre	Entre	Mais	Total
	1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	de 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2014					
Benefícios de aposentadora	8.575	8.489	24.992	144.941	186.997
Em 31 de dezembro de 2015					
Benefícios de aposentadora	8.476	8.431	24.699	139.903	181.508

25.4 - Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, aumento nos custos médicos, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período do relatório, mantendo-se todas as premissas constantes.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Plano de Benefício Definido

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 1.849 (aumento de R\$ 1.917);
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 1.698 (redução de R\$ 1.748).

Plano de Saúde

- Se os custos médicos fossem 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 1.067 (aumento de R\$ 1.007).

26 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Refere-se aos reconhecimentos por estimativa das obrigações em potencial referentes a férias e encargos devidos aos empregados, sem prejuízo da remuneração mensal, na vigência do contrato de trabalho, e dos encargos sociais incidentes sobre as obrigações trabalhistas, bem como a contabilização dos impostos calculados sobre a receita gerada pelo valor novo de reposição.

	2015		2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Férias	6.116	-	5.614	-
Encargos sobre férias	2.389	-	2.194	-
Diferimento PIS/PASEP	111	6.488	-	-
Diferimento COFINS	509	30.071	-	-
	9.125	36.559	7.808	-

✓ Diferimento PIS/COFINS:

- a) Constituição de CVA e Receita de Construção – R\$ 17.651

Diferimento da receita de CVA e receita de construção de acordo com o Parecer nº 26 da Coordenação Geral de Tributação (COSIT) da Secretaria da Receita Federal, cuja provisão não é o fato gerador da obrigação tributária, uma que é não é receita auferida decorrente do fornecimento de energia elétrica ao consumidor.

- b) Art. 69 da Lei 12.473/14 – R\$ 18.908 – Tributação Revogação RTT

O regime de tributação da Companhia é pela sistemática do Lucro Real. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer e estabelece provisões quando apropriado.

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que (i) revoga o Regime Tributário de Transição – RTT (instituído pela Lei nº 11.941/2009) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido-CSLL. A referida legislação já foi regulamentada pela Instrução Normativa nº 1.515/2014.

A Companhia elabora os cálculos baseado na referida IN, para aplicação dos valores que serão tributados quando do efetivo recebimento, e passou a tributar de acordo com o Art. 69 da Lei 12.973/2014 que determina adicionar (se negativa), ou excluir (se positivo), a diferença da apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, em quotas fixas, mensais e durante o prazo restante da vigência do contrato, e Art. 149 da IN nº 1.515/2014 que estabelece critérios e as bases para cálculos do PIS/COFINS

As provisões do PIS e COFINS diferido, que correspondem às diferenças entre PIS/COFINS calculado sobre o montante das receitas auferidas por competência e as excluídas que serão tributadas a medida do efeito recebimento.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em 2015 a Companhia apresentou base de cálculo negativa para fins de IRPJ e CSLL. Essa base também reflete as adições previstas no Ar. 69 da Lei 12.973/2014.

27 ENCARGOS SETORIAIS

Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência de contrato de concessão, definidos em legislação específica e cujas quotas são fixadas pela ANEEL para assegurar, dentre outros objetivos, o equilíbrio econômico financeiro da concessão.

		2015	2014
Quota para RGR	(a)	1	1
Quota para CDE	(b)	7.276	312
Taxa de fiscalização	(c)	112	118
Conta ACR	(d)	6.654	-
Conta bandeira		128	-
		14.171	431

- a) A ANEEL através do Despacho nº 135 de 23 de janeiro de 2015 fixou a quota anual de 2015 (2014 – Despacho nº 298, de 11 de fevereiro de 2014). O saldo refere-se à quota de dezembro de 2015;
- b) A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015 fixou a quota anual do exercício de 2015 (2014 – Resolução Homologatória nº 1.685, de 11 de fevereiro de 2014). O saldo refere-se a quota de dezembro de 2015;
- c) A ANEEL através do Despacho nº 2.834 de 28 de agosto de 2015 fixou a taxa para o período de agosto de 2015 a julho de 2016 (2014 - Despacho nº 7.168, de 18 de agosto de 2014 fixou a taxa para o período de agosto de 2014 a julho de 2015). O saldo refere-se à taxa do mês de dezembro de 2015;
- d) A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.863, de 31 de março de 2015 homologou os valores e prazos de recolhimento das quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE destinadas à amortização da Conta no Ambiente de Contratação Regulada – Conta-ACR, cabendo a Companhia o valor de R\$ 6.654 a ser amortizados em 55 parcelas, que devem ser recolhidos mensalmente a CCEE, a partir do mês do reajuste tarifário ordinário de 2015;
- e) Conta centralizadora dos recursos de bandeira tarifária foi criada pelo Decreto 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação da bandeira tarifária. As distribuidoras com os custos menores que a arrecadação do adicional das bandeiras tarifárias devolvem o recurso para conta bandeira. O saldo refere-se a fatura de dezembro de 2015, conforme Despacho ANEEL Nº 265, de 01 de fevereiro de 2016.

28 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

	2015		2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
P&D - FNDCT	873	-	562	-
P&D - MME	436	-	281	-
P&D - Recursos a aplicar	823	12.877	10.790	9.703
PEE - Recursos a aplicar	7.835	8.557	7.920	12.412
	9.967	21.434	19.553	22.115

Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

São programas de reinvestimentos exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas, conforme

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Resolução nº 300/2005. Os valores são constituídos a partir do reconhecimento dos itens que compõem a Receita Operacional Líquida – ROL, conforme Resolução 300/2005, alterada pelas Resoluções nº 504/2012, de 14 de agosto de 2012 e nº 556/2013, de 18 de junho de 2017.

O saldo não aplicado dos programas é atualizado mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento, deduzidos dos valores aplicados nas ODS, até o momento efetivo do encerramento do projeto, com base na taxa SELIC.

29 OUTROS

	2015		2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Consumidores (a)	2.222	3.305	957	3.305
Contribuição patrocinadora	742	-	728	-
Cauções em garantia	600	-	600	-
Folha de pagamento (b)	8.762	-	5.980	-
Multas ANEEL e ARSAL (c)	5.548	-	6.643	-
Encargos tarifários	(35)	-	(24)	-
Provisões operacionais	8.412	-	8.433	-
Ação CEAL x CHESF x CODEVASF	-	27.606	-	25.513
Ineficiência por sobrecontratação - PIS (d)	1.301	-	-	-
Compartilhamento de despesas (e)	204	-	-	-
Auto infração Ministério da Fazenda	994	-	-	-
Outros	2.548	981	916	981
	31.298	31.892	24.233	29.799

a) Consumidores

Referem-se a pagamento em duplicidade de contas de energia pelos consumidores, e participação financeira do consumidor em obras.

b) Folha de pagamento

O detalhamento desta conta está assim composto:

	2015	2014
Folha de pagamento	3.878	2.904
Tributos e contribuições retidos na fonte (i)	2.768	1.589
Consignações	2.116	1.487
	8.762	5.980

(i) O saldo refere-se a inadimplência da contribuição do IAPAS de novembro e a provisão da contribuição de dezembro.

c) Multas ARSAL e ANEEL

A Companhia foi autuada pela ANEEL em decorrência de procedimentos irregulares ocasionados por descumprimento às Resoluções vigentes que regulam o setor. As multas estão assim detalhadas (*):

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

	2015	2014	Descrição
AI 002/2012	-	2.386	Fiscalização técnico comercial ano 2012. Liquidado em 03.12.2015
AI 003/2012	981	866	Metas mensais dos índices INS, lab e ICO, referente ao exercício de 2011
AI 004/2012	1.324	1.169	Indicadores DEC e FEC exercício de 2009
AI 1001/2013	591	521	Metas mensais dos índices INS, lab e ICO, referente ao exercício de 2012
AI 1004/2013	-	137	Níveis de tensão e atendimento de unidades consumidoras. Liquidado em 04.12.2015
AI 01/2014	-	69	Qualidade do serviços exc 2002 e 2003 - Saldo da atualização monetária .Liquidado em 30.01.2015
AI 003/2014	-	381	Descumprimento de índices de qualidade do serviço (INS, IAB e ICO). Liquidado em 15.05.2014
AI 001/2004	702	620	Fiscalização técnica exercício de 2013
AI 004/2014	-	462	Descumprimento dos níveis de tensão de atendimento de unidade consumidores
AI 005/2014	-	32	Fiscalização comercial exercício de 2013. Liquidado em 04.12.2014
AI 001/2015	123	-	Fiscalização técnica em SE
AI 002/2015	336	-	Fiscalização em subestação
AI 1031/2015	1.491	-	Descumprimento de obrigações de natureza fiscal
	5.548	6.643	

Os autos de infrações que não foram pagos a Companhia entrou com recursos administrativos junto a Aneel.

d) Parcelas de ineficiência por sobrecontratação - PIS

Conforme Despacho nº 7.959 de 8 de dezembro de 2012, a apuração da eficiência da contratação dá-se pelo cálculo da diferença entre o Montante de Uso do Sistema de Transmissão – MUST contratado e a demanda máxima medida por horário de contratação, ponta e fora de ponta, e por ponto de conexão, para distribuidoras, consumidores e centrais de geração com acesso à rede básica.

A ANEEL autorizou ao Operador Nacional do Sistema Elétrico, a cobrança do valor de R\$ 1.301 mil, referente ao período de 2011 a 2014 atualizados para junho de 2015. Os valores pagos pelas distribuidoras a título de parcelas de ineficiência não devem ser repassados às tarifas dos usuários, conforme disposto no §10º do art. 16 da REN 399/2010.

e) Compartilhamento de despesas

Tendo em vista a necessidade de redução de custos foi criada uma estrutura central para unificação de entendimentos e das diretrizes das Estratégias da Eletrobras. Conforme determinação da Diretoria Executiva através da Resolução 079/2015, os custos relativos aos serviços corporativos são rateados proporcionalmente a receita operacional líquida de cada distribuidora, de forma que cada uma arce com uma parcela correspondente.

A necessidade de redução de custos e o devido alinhamento às estratégias da Eletrobras permeia a decisão pelo controle centralizado (corporativo), de tal forma que seja garantida a continuidade e a unificação de entendimentos e das diretrizes. Foi criada uma estrutura central de forma a acompanhar o andamento e orientar rumos de trabalho. Os custos relativos aos serviços corporativos foram distribuídos entre as Distribuidoras do Sistema Eletrobras, de forma que cada uma arce com parcela correspondente. Como aprimoramento houve o compartilhamento de despesas por meio de ressarcimento desde que sejam realizadas em razão do Processo Corporativo conforme autorização da Diretoria Executiva através da Resolução -079/2015.

30 ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC

Referem-se a aporte de recursos pela Eletrobras para cobertura de déficit operacional e são atualizados monetariamente pela taxa SELIC até a efetiva capitalização, ficando assim a composição:

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Adiantamentos	2015	2014
Resolução 581/2012 de 09.07.2012	3.607	3.607
Resolução 760/2012 de 30.08.2012	1.231	1.231
Resolução 968/2012 de 06.12.2012	3.469	3.469
	8.307	8.307

Para os processos de integralização ocorridos faz-se necessário autorizações ministeriais que decorrem em um determinado período. O saldo remanescente refere-se as variações monetárias pela taxa SELIC do período da solicitação até 30 de setembro de 2014 quando foi autorizada pela Eletrobras o início do processo para integralização dos AFACs. Em 29 de janeiro de 2016 houve a capitalização deste valor (nota explicativa nº46).

31 PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIAS E TRABALHISTAS

As provisões são baseadas na estimativa da opinião dos nossos consultores jurídicos das possíveis indenizações por ações cíveis, tributárias e trabalhistas que se acham em tramitação em diversas instâncias de decisão judicial.

a) As provisões passivas estão constituídas com base na expectativa de perda provável, como segue:

		Probabilidade de perda provável	
		2015	2014
Trabalhistas	(1)	26.386	20.727
Cíveis	(2)	27.119	27.793
Tributárias	(3)	42.488	40.190
		95.993	88.710

(1) Trabalhistas

Nesse agrupamento, a Companhia figura nos processos basicamente na qualidade de ré, vez que geralmente o que se discute na justiça do trabalho são diversas ações movidas contra a Companhia por ex-empregados, empregados do quadro atual e terceirizados, envolvendo principalmente: adicional de periculosidade, diferença de adicional de periculosidade, diferença salariais, férias, férias proporcionais, gratificação de função, horas extras, verbas rescisórias, plano Bresser, multa compensatória de 40% sobre saldo dos expurgos inflacionários depositados em conta vinculada de ex-obreiros, indenização por danos morais decorrentes de acidentes de trabalho e reintegração de demitidos.

PLANO BRESSER

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas, na qualidade de substituto processual, aforou reclamação trabalhista em favor dos empregados da Companhia, visando o recebimento de supostas diferenças salariais, ocorridas em virtude da implantação do denominado "Plano Bresser" (Decreto-Lei nº 2.335/87).

O pedido teve amparo perante a Egrégia Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, decisão esta confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, estando a decisão transitado em julgado.

Ocorre que, na execução da sentença, o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Maceió entendeu a época que não deveria haver limitação a data-base da categoria, o que extraordinariamente oneraria a execução.

Daí o risco avaliado de perda ser provável quanto a avaliação de perda limitada a data base, pois o julgamento da limitação da data-base da categoria dar-se-á com a continuidade da execução.

Conforme a OJ/TST (SDI i) Nº 262, não ofende "à coisa julgada a limitação à data-base da categoria, na fase executória, da condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos".

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

O pagamento de diferenças salariais foi limitado à data base através da Súmula 322 do TST que estabelece: os reajustes salariais decorrentes dos chamados "gatilhos" e URPs, previstos legalmente como antecipação, são devidos tão somente até a data-base de cada categoria.

Ressalta-se que entre as medidas judiciais cabíveis, foram apresentados Embargos à Execução, o que permitiria o exame da limitação dos cálculos à data base da categoria, procedimento também adotado pela Advocacia Geral da União.

Acrescente-se a isso o fato de a União ter ingressado no feito como assistente, o que reforça a defesa da Companhia na busca pela limitação à data base, bem como a decisão datada de 15 de março de 2011, do TRT da 19ª Região, proc. 251900.68.5.19.1989.0002, da Companhia de Abastecimento de Águas e Saneamento de Alagoas – CASAL, que houve a limitação à data base. A Companhia tem constituída provisão para contingências em relação a esse assunto, no montante de R\$ 5.281 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 4.687 em 2014).

(2) Cíveis

Nas ações cíveis o maior número de processos diz respeito à recuperação de crédito (cobrança, execução etc.), estando à Companhia no pólo ativo da demanda, e a responsabilidade civil (indenizações por danos materiais, morais etc.), quando a Companhia figura no pólo passivo da relação processual.

	Ref.	2015	2014
Probabilidade de perda Provável			
Indenização	(a)	18.801	16.248
Repetição de indébito	(d)	46	57
Execução fiscal/embarg	(e)	416	415
Juizados especiais	(f)	1.590	4.413
Outros	(g)	6.252	6.660
		27.105	27.793
Probabilidade de perda Possível			
Indenização	(a)	11.979	8.752
Ação civil pública	(b)	54.277	54.277
Revisão de contratos	(c)	36	36
Repetição de indébito	(d)	56	56
Execução fiscal/embarg	(e)	9.373	9.382
Juizados especiais	(f)	7.858	6.251
Outros	(g)	95.162	82.655
		178.741	161.409
Probabilidade de perda Remota			
Indenização		3.197	2.760
Ação civil pública		11	15
Repetição de indébito		995	995
Execução fiscal/embargos		2.939	2.772
Juizados especiais		312	530
Outros		302.107	302.027
		309.561	309.099

(a) Indenização: agrupamento dos processos que envolvem pedido de indenização por danos morais ou materiais. Os fatos geradores mais comuns são: acidentes nos sistemas de transmissão de energia elétrica do sistema Elétrico de potência, com ou sem óbito; defeitos na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, com danificação de aparelhos elétricos dos consumidores; interrupção indevida do fornecimento de energia elétrica; inclusão indevida do consumidor nos cadastros de inadimplentes.

(b) Ação civil pública: agrupamento das ações que envolvem a suposta coação ilegal de autoridade revestida nas atribuições do poder concedente (interrupção do fornecimento de energia elétrica, negativa de ligação de consumidor ao sistema elétrico de potência etc.) e as ações de interesse público, que induzem à participação do Ministério ou Defensoria Pública (defesa de direitos coletivos difusos).

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(c) Revisional de contratos: agrupamento das ações propostas pelos consumidores que entendem existir algum problema ou erro com o contrato firmado com a concessionária.

(d) Repetição de indébito: agrupamento de ações propostas com consumidores que alegam ter pago à concessionária mais do que era efetivamente devido, e através das referidas ações, pedem a devolução do pagamento supostamente indevido.

(e) Execução fiscal/embargos: agrupamento das ações propostas pelas Fazendas Públicas (Municipal, Estadual e Federal) objetivando cobrar da concessionária eventuais dívidas.

(f) Juizados especiais: referem-se a cancelamento de dívida, declaração de nulidade, indenização por danos morais, indenização por danos materiais, renegociação de dívida, repetição de indébito, revisão de consumo.

(g) Outros: agrupamento das demais ações não incluídas nos tópicos nominados especificamente seja na esfera administrativa (PROCON, Procuradorias etc.), seja na esfera judicial.

3) Tributárias

Dentre elas, destacam-se:

ICMS Baixa Renda

Apesar da demanda em epígrafe se tratar ainda de lide administrativa, sem interferência do Judiciário, destacamos sua importância.

- Auto de Infração nº 99.78026-002 – a SEFAZ notificou a Companhia para a falta de recolhimento do ICMS da subclasse baixa renda, porém, relativa ao período de 2003 a 2005, sendo argüida perante a autoridade administrativa preliminar de decadência, desta vez, referente ao período de janeiro a maio de 2007. Defesa apresentada em 29.07.2007. A 2ª Câmara do Conselho acolheu a preliminar de decadência referente ao período de janeiro a junho/2003, conforme Acórdão nº P-289/2011 de 01.12.2011.
- Interpusemos recurso especial Administrativo junto a SEFAZ, porém o resultado do julgamento foi mantido, não existindo mais qualquer recurso administrativo.
- Diante da situação apresentada, ajuizamos ação anulatória de lançamento fiscal com pedido de antecipação de tutela, que tomou o número 0703653-52.2011.8.02.0001 e tramita na 17ª Vara Cível de Maceió - AL. A antecipação de tutela foi negada, decisão contra a qual interpusemos recurso de agravo de instrumento.
- Agravo de instrumento nº 2012.001209-5 de 23/08/2012, determinando suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- Em 1º de agosto de 2014, foi publicada a sentença de 1º grau que julgou a ação anulatória de Débito Fiscal nº 0703653-52.2011.8.02.0001, dando ganho de causa a CEAL. Aguardando trânsito em julgado da sentença judicial.
- Vai ser julgado pela Plena no CTE – a Companhia está providenciando defesa na esfera judicial.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

	Probabilidade de perda possível	
	2015	2014
Trabalhistas	68.703	49.054
Cíveis	168.196	161.409
Tributárias	1.210	1.159
	238.109	211.622

A Companhia tem ações de natureza tributária e cível, envolvendo riscos de perdas classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída:

Imposto sobre transmissão causa mortis e doação

Imposto cobrado pela Secretaria Executiva da Fazenda quando do recebimento de bens, a título de doações, feitas por consumidores.

- Auto de Infração nº 062052, lavrado em 22/11/2004, referente aos meses de janeiro, junho, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1998, resultando no Processo nº 1500.33881/2004. Como não existe previsão legal para os exercícios de 1999 a 2003, conforme Decisão nº 15.723/08, conclui-se que o mesmo se aplica ao exercício de 1998, portanto, este foi considerado como improcedente. Foi obtida Decisão Administrativa nº 18.617/12, concluindo-se pela extinção do crédito tributário em face da decadência. Atualmente, o processo está aguardando julgamento do Conselho de Contribuintes, sendo o valor atualizado até 31 de dezembro de 2015 de R\$ 804.
- Auto de Infração nº 062057, lavrado em 22/11/2004, referente ao período de fevereiro a dezembro de 1999; janeiro, março, abril, junho, julho, agosto, novembro e dezembro de 2000; exercício de 2001; de fevereiro a dezembro de 2003; janeiro, fevereiro, março, abril, junho, julho, agosto e setembro de 2004, que resultou no processo nº 1500.34028/2004. Através da defesa apresentada em 17/12/2004, o auto foi considerado parcialmente procedente por falta de previsão legal de alíquota para os exercícios de 1999 a 2003, sendo considerado apenas o ano de 2004. Nova defesa foi apresentada ao Conselho de contribuinte em 17/10/2008. A Companhia efetuou depósito em juízo em 02/07/2010. A exigibilidade do crédito tributário está suspensa em razão do depósito judicial realizado. O processo está pendente de prolação de sentença, sendo o valor atualizado do depósito em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 406.

Auto de Infração nº 9.3828-01 – ICMS sobre perdas comerciais

Auto lavrado em 5 de maio de 2005, expedido pela Secretaria Executiva da Fazenda Estadual, no valor de R\$ 139.254. Defesa apresentada em 06/06/2005, pelo Escritório de Advocacia Spencer Advogados Associados. Julgado totalmente procedente em 18 de julho de 2006. Nova defesa foi apresentada ao Conselho de Contribuintes. Em 15/02/2011 foi julgado procedente em parte (excluindo a multa). Foram protocolados junto à SEFAZ os processos de nºs. 1500.014896/2010 –30/06/2010 – Arguindo erro material de decadência (janeiro a abril/2000), 1500.0010900/2011 – 04/04/2011 – Embargos de Declaração, tentando modificar o acórdão – sobre omissão de documentos no furto de energia e 1500.012077/2011 – 13/04/2011 – Ajuizamento de Recurso Especial da petição inicial. Em 18/09/2013, a empresa recebeu a notificação nº 535/2013, informando que o gabinete do Secretario da Fazenda manteve a decisão do Acórdão nº P-109do CTE, julgando o Auto de Infração procedente em parte. Foi ajuizado ação, e no dia 21/11/2013, foi expedida liminar concedendo antecipação de tutela para suspender a exigibilidade do crédito tributário. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 335.216.

Processo 0722129.70.2017.8.02.001-Danos morais

Trata-se de Ação Coletiva de Consumo proposta pelo Instituto Sal da Terra objetivando a condenação da Companhia Energética de Alagoas – CEAL em danos morais individuais no valor equivalente a R\$ 10 (dez mil reais) para cada um dos 30.000 (trinta mil) consumidores afetados pelo envio de uma carta do SERASA informando que os mesmos teriam seus nomes negativados.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

O problema ocorreu em razão de ato do SERASA, que gerou, sem a autorização ou solicitação da CEAL, as referidas cartas aos consumidores que, na maioria, já haviam realizado o pagamento das faturas de energia. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 300.000.

A classificação foi realizada de forma bastante conservadora, vez que existem várias linhas de defesas postas na contestação que induzem a uma futura improcedência da ação, sendo uma delas a ilegitimidade passiva da Companhia pelo fato de que não foi dela a iniciativa ou autorização do envio das cartas informando a possível negativação dos nomes dos consumidores. O processo encontra-se aguardando despacho do juiz.

b) Mutações das provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas:

	2015	2014
Saldo no início do período	88.710	83.473
Constituição	11.136	10.305
Pagamento/reversão	(3.853)	(5.068)
	95.993	88.710

c) Quantidade de processos judiciais em andamento (informação não auditada):

	2015	2014
Juizados especiais	2.938	3.295
Justiça do trabalho	1.994	1.622
Justiça estadual	2.709	2.275
Justiça federal	56	56
Outros	14	723
	7.711	7.971

32 PATRIMONIO LÍQUIDO

a) CAPITAL SOCIAL

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estava assim apresentada:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quant.*	Part. (%)	Quant.*	Part. (%)	Quant.*	Part. (%)
Eletrobras	677.858.321	100,00	11.666.063	100,00	689.524.384	100,00

*Quantidades em milhares de ações

As ações ordinárias, na forma nominativa e escritural, têm direito de voto, na proporção de um voto por ação, ou o direito ao voto múltiplo, nos casos e na forma previstos em lei. As ações preferenciais, conforme estatuto social é assegurado um dividendo mínimo prioritário e cumulativo de 10% ao ano, calculado sobre o valor do capital integralizado, relativo a essa classe de ações.

b) OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em "Outros Resultados Abrangentes" durante o período esperado de serviço remanescente dos beneficiários.

33 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores*		MWh*		R\$	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Fornecimento e suprimento	(a)					
Residencial	960.166	930.441	1.323.913	1.304.933	714.256	551.297
Industrial	2.506	2.593	556.396	579.270	190.323	149.361
Comercial	60.348	59.163	734.369	731.982	397.003	313.877
Rural	12.021	11.595	180.284	178.919	47.819	36.776
Poder Público	8.616	8.673	159.606	150.566	74.827	56.244
Iluminação Pública	203	203	201.256	202.582	59.356	47.194
Serviço Público	1.309	1.199	194.694	183.564	62.856	43.541
Total	1.045.169	1.013.867	3.350.518	3.331.816	1.546.440	1.198.290
Receita pela disponibilidade da rede						
Encargos de uso da rede					14.259	13.760
					14.259	13.760
Fornecimento não faturado - OCPC 08					(92.310)	172.024
Receita bandeira tarifária					192.181	-
CVA conta bandeira					222.491	-
Energia de curto prazo					74.283	170.415
					1.957.344	1.554.489
Outras receitas						
Tarifa social de consumidores de baixa renda					44.579	45.013
Receita de construção					100.652	93.192
Subvenção CDE p/cobertura descontos tarifários					32.759	24.965
Outros					48.728	4.340
Total					226.718	167.510
Total receita operacional bruta					2.184.062	1.721.999
Deduções						
Tributos e contribuições sobre a receita						
ICMS sobre venda de energia elétrica					(348.688)	(242.354)
COFINS					(166.480)	(101.282)
PASEP					(36.102)	(21.987)
					(551.270)	(365.623)
Encargos do consumidor						
Quota para Reserva Global de reversão - RGR					(8)	(8)
Encargo do consumidor - PEE					(6.201)	(5.353)
Encargo do consumidor - CDE					(107.093)	(3.281)
Encargo do consumidor - P&D					(6.236)	(5.353)
Outros encargos					(148.793)	(248)
					(268.331)	(14.243)
Total das deduções					(819.601)	(379.866)
Total da receita operacional líquida					1.364.461	1.342.133

*Informações não auditadas.

a) Fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica

- ✓ O consumo próprio não está contemplado na quantidade de MWh gerado (2015-7.724* e 2014 - 7.724*) e também no quantitativo de consumidores (2015 - 101* e 2014 - 104*).
- ✓ De acordo com o Despacho nº 1.618, de 23 de abril de 2008, deverá ser realizada a transferência de receita para atividade de distribuição, adotando para fins de valoração uma única Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD média.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

b) Receita operacional líquida

A Companhia apresentou em 2015 uma ROL (Receita Operacional Líquida) de R\$ 1.364.461, representando um acréscimo de 3,11% em relação ao mesmo período de 2014 (R\$ 1.342.133), os fatores que mais contribuíram com este aumento foram:

1. Evolução do número de consumidores (não auditado)

O mercado cativo de energia apresentou um aumento de 3,09% em relação ao mesmo período do exercício anterior, passando de 1.017.867 para 1.045.169, que representa um incremento de 31.302 novas unidades consumidoras.

Essa taxa de crescimento está relacionado à conjuntura econômica, com forte queda do consumo, principalmente da classe industrial.

As classes que apresentaram maior evolução de consumo foram:

- ✓ A classe Serviço Público apresentou uma evolução no consumo em 6,06% (11.130 MWh) com participação de 5,81% no mercado cativo, devido a instalação da nova adutora para abastecimento de água do rio São Francisco;
- ✓ A classe Poder Público apresentou uma evolução no consumo em 6,00% (9.040 MWh) com participação de 4,76% no mercado cativo, devido ao aumento das unidades educacionais abertas nos últimos anos, principalmente no governo federal, com o avanço da universidade no interior do Estado;
- ✓ A classe Residencial apresentou uma evolução no consumo em 1,45% (18.980 MWh) com participação de 39,48% no mercado cativo, devido ao aumento de 29.725 unidades consumidoras. Destaca-se que o crescimento em nível nacional e regional foi de -0,8% e 1,9%. A classe de baixa renda devido a atualização cadastral demandada pelo Governo Federal, apresentou um decréscimo de 19,0%;
- ✓ A classe Rural apresentou uma evolução no consumo em 21,90% (9.040 MWh) com participação de 4,76% no mercado cativo, devido ao aumento das unidades educacionais abertas nos últimos anos, principalmente no governo federal, com o avanço da universidade no interior do Estado;
- ✓ A classe Comercial apresentou uma evolução no consumo em 0,33% (2.387 MWh) com participação de 21,90% no mercado cativo. O baixo crescimento deve ao fato de não ter ligação de grande porte e as dificuldades econômicas pela qual o País atravessa. Segundo o IBGE o volume de vendas no comércio decresceu 7,9% até novembro;

As classes que apresentaram redução de consumo foram:

- ✓ A classe Iluminação Pública apresentou uma redução no consumo em 0,65% (- 1,326 MWh) com participação de 6,0% no mercado cativo.
- ✓ A classe Industrial apresentou uma redução de 3,95% (- 22.874 MWh) com participação de 16,59% no mercado cativo, devido a não entrada de novas cargas industriais. Por segmento das principais atividades, a maior redução foi na fabricação de cimento com 27,1% e o produto têxtil com 20,0%. O destaque ficou com a indústria de plástico com aumento de 0,6%. Esse cenário de retração foi observado de forma quase uniforme em todas as concessionárias do Nordeste.

2. Energia vendida em MWh (não auditado)

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

O volume total de energia vendida no mercado cativo foi de 7.357.690 MWh, apresentando um acréscimo de 0,54% em relação ao mesmo período de 2014 (7.335.540 MWh).

3. Perdas elétricas no sistema (não auditado)

As perdas elétricas totais (técnicas + não técnicas) no sistema de distribuição da Companhia passaram de 24,81% para 25,83%. Um dos fatores que contribuíram para o aumento foi o atraso das obras no Sistema Elétrico de alta e média tensão devido a ausência de recursos para a realização de investimentos. Outro fator foi a ausência do esforço de fiscalização e regularização para regional metropolitana devido a restrições de caixa. As ações de combate a perda com recursos do Projeto Energia + e a operação acerola contribuíram com 24.785 MWh energia agregada e 9.249 MWh de energia recuperada. Um importante passo também foi dado no processo de avanço tecnológico na medição de grandes consumidores, com a instalação de remotas de comunicação em 404 (quatrocentas e quatro) unidades consumidoras atendidas em média tensão (aproximadamente 15% do universo), somando aos 450 (quatrocentos e cinquenta) conjuntos de telemedição, viabilizando o monitoramento em tempo real da medição em mais de 30% do parque.

4. Reajustes tarifários

Os contratos de concessão firmados entre as distribuidoras de energia elétrica e a União, por intermédio da ANEEL, estabelecem que anualmente deve ocorrer uma atualização do valor da energia paga pelo consumidor. Essa atualização, em função da metodologia estabelecida pela ANEEL, pode ser positiva ou negativa e ocorre anualmente, na data de aniversário da distribuidora.

- ✓ Revisão tarifária extraordinária 2015 – para manter o equilíbrio econômico financeiro a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, com vigência a partir de 2 de março a 27 de agosto de 2015, reajustou em média 4,66% as tarifas, sendo 6,8% relativos aos custos com encargos, e - 2,17% relativos aos custos com energia. Fixando também as Tarifas de Energia e das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD).
- ✓ Reajuste tarifário 2015 – Através da Resolução Homologatória nº 1.984, de 10 de novembro de 2015 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou o Reajuste Tarifário de 22,61%, sendo 13,48% relativos aos componentes econômicos, e 9,13% relativos aos componentes financeiros, o que levou a um efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 6,48%, a partir de 19 de novembro de 2015 conforme Despacho ANEEL nº 7.747 de 19 de novembro de 2015. Fixando também as Tarifas de Energia e das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) (Em 2014 Resolução Homologatória nº 1.782, de 26 de agosto de 2014, com vigência a partir de 28 de agosto de 2014 a 27 de agosto de 2015, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, homologou o Reajuste Tarifário de 32,36%);

5. Tarifa social de consumidores de baixa renda

As subvenções econômicas do subsídio da baixa renda a ser ressarcida pelo fundo da CDE administrado pela Eletrobras são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

A Resolução Normativa nº 472, de 24 de janeiro de 2012, estabelece que as concessionárias de distribuição, desde a realização das respectivas revisões periódicas do 2º Ciclo, o custeio da aplicação da TSEE é misto, sendo parte com recursos da CDE e parte com recursos provenientes das tarifas dos consumidores da própria área de concessão, mediante a consideração, no processo tarifário de cada concessionária, de componente financeiro específico denominado "Previsão Subsídio Baixa Renda", cujo valor é revertido no processo tarifário subsequente e substituído pelo montante definitivo do subsídio apurado a partir dos dados validados pela ANEEL no período de referência.

A redução é decorrente do descadastramento dos consumidores por não atenderem as exigências da rubrica Subsídio de Baixa Renda, passando portanto o faturamento dessa classe para receita de fornecimento.

6. Subvenção da CDE para custear descontos tarifários

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Conforme Art. 13, inciso VII da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002 e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, a ANEEL homologa os valores a serem repassados com recursos CDE pela Eletrobras, para cobertura dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários, retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição por ocasião da revisão extraordinária: geradores e consumidores de fonte incentivada; serviço de irrigação e aquicultura em horário especial; serviço público de água esgoto e saneamento; distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano; classe rural; subclasse cooperativa de eletrificação rural e; serviço público de irrigação.

Os valores homologados foram:

	2015	2014
Resolução Homologatória nº 1606, de 27 de agosto de 2013 (valor mensal de R\$ 1.839) - período janeiro a julho de 2014.	-	12.872
Resolução Homologatória nº 1.782, de 26 de agosto de 2014 (valor mensal de R\$2.418) - período agosto de 2014 a fevereiro de 2015	4.834	12.093
Resolução Homologatória nº 1.858 de 27 de fevereiro de 2015 (valor mensal de R\$2.556) - período março a julho de 2015	12.785	-
Resolução Homologatória nº 1.984, de 19 de novembro de 2015 (valor mensal de R\$3.028) - período agosto a dezembro de 2015	15.140	-
	32.759	24.965

7. Outras receitas

	2015	2014
Renda da prestação de serviços	126	48
Arrendamentos e alugueis	5.202	5.267
Serviço taxado	8.612	6.247
Cobranças diversas - consumidores	3.423	3.784
Taxa de administração cobrança COSIP	4.858	2.575
Valor novo de reposição -VNR	25.843	(13.959)
Outras	664	378
	48.728	4.340

São receitas decorrentes da prestação de serviços como aluguéis de uso mútuo de postes, taxa de administração da COSIP, e serviços cobráveis definidos pela REN 414/2010: Vistoria, aferição de medidor, religação normal, religação de urgência, segunda via de fatura, desligamento programado, religação programada, deslocamento ou remoção de postes, visita técnica, custo administrativo de inspeção.

8. Receita bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia tiveram uma novidade: o sistema de bandeiras tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

Com as bandeiras, haverá a sinalização mensal do custo de geração da energia elétrica que será cobrada do consumidor, com acréscimo das bandeiras amarela e vermelha. Essa sinalização dá, ao consumidor, a oportunidade de adaptar seu consumo, se assim desejar.

O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha que indicam o seguinte:

- ✓ Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- ✓ Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. Até 28/02/2015 a tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos e a partir de 1/03/2015 a tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

- ✓ Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. Até 28/02/2015 a tarifa sofre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos; de 1/03 a 31/08/2015 a tarifa sofre acréscimo de R\$ 5,50 e a partir de 1/09/2015 passou para R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos.

9. Quota para reserva global de reversão

O valor contabilizado refere-se aos juros sobre o Fundo de Reversão, fixado pela ANEEL através do Despacho nº 193 de 25 de janeiro de 2016 (Despacho nº298, de 11 de fevereiro de 2014).

10. Encargo do consumidor – CDE

- ✓ Quota de CDE - Os valores a serem pagos foram definidos pela ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.018 de 02 de fevereiro de 2016 (2014 – Resolução nº 1.699, de 7 de abril de 2014); a elevação destes custos é decorrente do término dos aportes do Tesouro Nacional para o Fundo e a necessidade de cobertura para esse déficit;
- ✓ Amortização Conta ACR – Através da Resolução Homologatória nº 1.863 de 31 de março de 2015 a ANEEL homologou as quotas da CDE destinadas à amortização da Conta ACR. Esta amortização será em 55 parcelas no valor de R\$ 6.654 a partir do reajuste tarifário.
- ✓ Repasse conta bandeira – O Decreto nº 8.401, de 4/02/2015 determinou que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias passam a ser revertidos líquidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária (CCRBT).

11. COFINS e PASEP

A variação nesta rubrica é decorrente do diferimento dos tributos sobre provisão de receitas de CVA, receita de construção e do valor novo de reposição, conforme Parecer COSIT nº 26 e Art. 69 da Lei 12.473/2014, que impactou na apuração do COFINS R\$ 30.581 e no PASEP R\$ 6.599.

34 CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

(1) Energia elétrica comprada para revenda

		<u>2015</u>	<u>2014</u>
Partes relacionadas		(108.086)	(138.804)
CCEE Curto prazo		(205.131)	(274.790)
CCEE Curto prazo -Disponibilidade ACR	(a)	(70.993)	(307.322)
CCEE - Contratação energia de reserva		(5.182)	(751)
CCEE - Cotas de garantia física	(b)	(54.943)	(45.330)
CCEE - Cotas partes Angra I e II	(c)	(21.593)	(19.099)
Proinfa		(19.374)	(19.983)
Terceiros		(461.393)	(436.018)
(-) Repasse CDE	(d)	-	9.789
(-) Repasse conta ACR	(e)	-	347.105
(-) Crédito PASEP/COFINS	(f)	52.213	53.637
		<u>(894.482)</u>	<u>(831.566)</u>

Os itens (a), (b) e (c) estão descritos na nota 16

(d) Repasse CDE

O Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, determinou que os recursos da CDE fossem destinados as distribuidoras para neutralizar a exposição no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; e para cobrir o custo adicional decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética, conforme decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

O Decreto nº 8.203, de 2 de abril de 2014 altera o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2014, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo decorrente da compra frustrada no leilão de dezembro de 2013, estendendo a cobertura do repasse para a competência de janeiro de 2014.

(e) Repasse Conta - ACR

O Decreto nº 8.221/2014, de 1º de abril de 2014, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 612/2014, de 16 de abril de 2014, estabeleceu a criação da Conta no Ambiente de Contratação Regulada-Conta - ACR, que tem como finalidade cobrir total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica do período de fevereiro a dezembro de 2014, em decorrência da exposição involuntária no mercado de curto prazo, e despacho de usinas termelétricas vinculadas a contratos de comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR.

(f) Crédito PASEP/COFINS

A Companhia utiliza os créditos das contribuições do PIS e da COFINS e que são tomados de acordo com o Artigo 3º das Leis 10.637/2002, que dispõem sobre Programa de Integração Social - PIS, e 10.833/2003 da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS pelo regime não cumulativo e cumulativo.

Os débitos são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução de receita pelo regime de competência e segundo a legislação em vigor do regime não cumulativo e cumulativo as alíquotas utilizadas são de 1,65% e 7,6% e ainda 0,65% e 3,00%, respectivamente.

A seguir, demonstramos o montante de energia elétrica comercializada pela Companhia.

	MWh (não auditado)	
	2015	2014
Modalidade quantidade	1.554.171	1.881.294
Modalidade disponibilidade	1.413.025	1.144.440
Cotas	1.695.546	1.440.789
Angra I e II	128.499	127.981
Proinfa	81.871	78.654
Mercado de curto prazo	229.717	161.227
	5.102.829	4.834.385

- ✓ A variação nos custos com compra de energia é devido, principalmente, aos despachos das usinas térmicas pelo aumento do custo da parcela variável dos contratos por disponibilidade; pelo reajuste de preço dos contratos pelo IPCA; Além da subcontratação pela exposição do Mercado de Curto Prazo (em 2015 a Companhia ficou sobrecontratada em 105,2% em relação ao consumo necessário para atender ao seu mercado anual;
- ✓ Os custos de energia no exercício de 2014 estão sendo apresentados líquidos dos aportes de recursos para cobertura da exposição, enquanto que em 2015 estes recursos foram contabilizados na receita operacional.

(2) Encargos de uso do sistema de transmissão

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

	2015	2014
Partes relacionadas	(20.141)	(18.166)
Encargo Serviço do Sistema- ESS	(42.322)	(20.537)
ESS - Acronômos	(9.448)	27.538
(-) Reembolso CDE	-	-
(-) Reembolso conta ACR	-	(30.397)
(-) Crédito PIS/COFINS	3.397	2.939
Terceiros	(21.190)	(19.135)
	(89.704)	(57.758)

Com a redução do preço teto do PLD a partir de janeiro de 2015, uma maior quantidade de térmicas foi despachada refletindo maior custo de ESS.

35 CUSTO DE OPERAÇÃO, CUSTO DE CONSTRUÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	2015			
	Custo de operação	Custo de construção	Despesas operacionais	Total
Pessoal (a)	(104.571)	-	(49.024)	(153.595)
Administradores	-	-	(523)	(523)
Material	(1.527)	-	(352)	(1.879)
Serviço de terceiros (b)	(36.890)	-	(52.970)	(89.860)
Custo de construção	-	(100.652)	-	(100.652)
Taxa de fiscalização	-	-	(1.385)	(1.385)
Depreciação e amortização	(27.008)	-	(3.282)	(30.290)
Arrendamentos e alugueis	(4.545)	-	(711)	(5.256)
Seguros	-	-	(431)	(431)
Tributos	(1.799)	-	(491)	(2.290)
Doações	(13)	-	(160)	(173)
(-) Recuperação de despesas	1.807	-	-	1.807
Provisões líquidas (c)	-	-	(49.952)	(49.952)
Perdas de contas incobráveis (d)	-	-	(65.923)	(65.923)
Outros (e)	(13.591)	-	(14.328)	(27.919)
Total	(188.137)	(100.652)	(239.532)	(528.321)

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

DESCRIÇÃO		2014			Total
		Custo de operação	Custo de construção	Despesas operacionais	
Pessoal	(a)	(97.084)		(47.721)	(144.805)
Administradores				(468)	(468)
Material		(1.260)		(275)	(1.535)
Serviço de terceiros	(b)	(32.846)		(47.468)	(80.314)
Custo de construção			(93.192)		(93.192)
Taxa de fiscalização				(1.869)	(1.869)
Depreciação e amortização		(26.919)		(2.396)	(29.315)
Arrendamentos e alugueis		(3.976)		(689)	(4.665)
Seguros				(422)	(422)
Tributos		(1.690)		(401)	(2.091)
Doações		(18)		(124)	(142)
(-) Recuperação de despesas		1.302			1.302
Provisões líquidas	(c)			(25.806)	(25.806)
Perdas de contas incobráveis	(d)			(82.464)	(82.464)
Outros	(e)	(1.769)		(6.463)	(8.232)
Total		(164.260)	(93.192)	(216.566)	(474.018)

a) Pessoal

Nesta rubrica houve uma variação de 6,09% decorrente do reajuste de salário através de acordo coletivo em maio de 2015 que reajustou os salários em 8,17% (2014 – 6,28%); da admissão de 84 auxiliares técnicos em cumprimento ao acordo judicial.

b) Serviços de terceiros

O aumento nesta rubrica foi decorrente de gastos com manutenção e conservação do sistema operacional da Companhia decorrente da melhoria continua no atendimento dos consumidores, e do crescimento da área atendida.

c) Provisões líquidas

	2015	2014
Trabalhistas	(5.659)	139
Perdas em estoque	(118)	1
Cíveis	674	(3.481)
Tributários	(2.298)	(1.905)
Outros	(7.892)	(10.069)
Ação CEAL x Codevasf x CHESF	(2.093)	(25.513)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(32.566)	15.022
	(49.952)	(25.806)

- Trabalhistas– A variação na rubrica de contingências é decorrente de novos processos, principalmente dos funcionários que aderiram ao PID;
- Provisões para créditos de liquidação duvidosa:
 - ✓ O incremento reflete o aumento da inadimplência observada em caráter nacional, proveniente de um cenário de tarifas oneradas pelas despesas com energia gerada, associado à conjuntura econômica extremamente desfavorável, com a perda do poder aquisitivo de grande parte da

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

população, principalmente a de baixa renda. Os maiores incrementos foram da classe Residencial seguido da classe de Serviço Público.

- ✓ Neste exercício houve reversão decorrente da implantação dos novos procedimentos de cálculo da provisão, em vigor a partir de janeiro de 2015; e
- Cíveis no exercício de 2015 houve a reversão da provisão decorrente da análise das decisões proferidas em sede dos juizados especiais, onde percebeu-se que a média das condenações são consideravelmente inferiores aos pleitos formulados pelos demandantes, que represa a média das decisões proferidas entre os meses de janeiro a agosto.
- Ação CEAL X CODEVASF X CHESF – ver Nota 17 d.

d) Perdas para contas incobráveis

Perdas de contas a receber incobráveis pela baixa de títulos de acordo com os artigos 9º a 12ª, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de /12/1996, e 340 a 343, do Regulamento do Imposto de Renda/1999, que estabelecem que os valores contabilizados como perdas possam ser considerados dedutíveis em substituição à provisão para créditos de liquidação duvidosa. Redução de 20,06% passando de R\$ 82.464 para R\$ 65.923.

e) Outros

Engloba nessa rubrica as indenizações a terceiros referente indenização por danos elétricos; despesas com estagiários; propaganda e publicidade; com perda de ICMS diferencial de alíquota e infrações operacionais.

A variação de 239,52%, passando de R\$ 8.223 em 2014 para R\$ 27.919 em 2015, é decorrente da contabilização neste exercício das infrações operacionais e devoluções aos consumidores por descumprimento de metas regulatórias, as quais no exercício de 2014 foram contabilizadas como despesas financeiras.

36 RESULTADO FINANCEIRO

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

	2015	2014
Receitas		
Renda de aplicações financeiras	3.196	1.852
Variação monetária - parcelamento	2.635	10.426
Variação monetária - depósito judicial	(7)	338
Variação monetária - conta de energia	10.428	7.524
Variação monetária - outras	8.962	1.879
Variação monetária - CVA	43.370	-
Acréscimo moratórias conta de energia	28.700	32.327
Ação CEAL x CHESF x CODEVASF	2.093	18.143
Juros sobre parcelamentos	1.522	10.164
Outras	157	-
(-) COFINS/PASEP	<u>(2.188)</u>	<u>632</u>
	98.868	83.285
Despesas		
Encargos de dívidas (líq. transferências p/intangível e financeiro)	(147.219)	(81.514)
Variação monetária - fornecedores	(11.400)	(1.209)
Variação monetária - financiamentos e empréstimos	(4.715)	(1.065)
Variação monetária - taxa de câmbio	(625)	(195)
Variação monetária - AFAC	-	(609)
Variação monetária - PEE e P&D	(2.065)	(1.236)
Variação monetária - energia livre	(339)	(277)
Variação monetária - FACEAL	(878)	(675)
Variação monetária - CVA	(11.393)	(26)
Variação monetária - outros	-	542
Juros e taxa de administração - FACEAL	(974)	(781)
Outras despesas financeiras - multas ANEEL/ARSAL	(267)	(1.144)
Outras despesas financeiras - devolução aos consumidores	-	(7.388)
Outras despesas financeiras - tarifas administração CCGs	(3.038)	-
Outras despesas financeiras - IOF	(3.566)	(13.011)
Outras despesas financeiras - multas moratórias	(27.208)	(34.587)
Ação CEAL x CHESF x CODEVASF	(2.093)	(18.143)
IFRIC 12 - reversão	14.468	-
Outras	(2.095)	(3.330)
	<u>(203.407)</u>	<u>(164.648)</u>
	<u>(104.539)</u>	<u>(81.363)</u>

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

O resultado financeiro apresentou um acréscimo negativo de 28,48% cujas variações seguem abaixo:

- Aumento das receitas financeiras em 18,71% decorrente da variação monetária sobre conta de energia em atraso, reflexo da inadimplência decorrente dos reajustes tarifários e da crise econômica; da atualização do ativo a receber da parcela A constituído de acordo com o OCPC 08;

A partir 1º de julho de 2015, por força do Decreto nº 8.426 de 1º de abril de 2015, as alíquotas do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente.

- Aumento das despesas financeiras em 23,54% que foram decisivamente afetadas por descompassos de dispêndios com energia para revenda e sua cobertura tarifária correspondente, quando as receitas provenientes do mecanismo de adicionais de bandeira tarifárias não estavam compatíveis com o volume de recursos despendidos para as exposições observados, acarretando portanto inadimplência com fornecedores, tributos, serviço da dívida, etc.

37 PLANO NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DE ENERGIA ELÉTRICA (não auditado)

A Resolução ANEEL nº 223, de 29.04.2003, alterada pela Resolução nº 52, de 25.07.2004, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26.04.2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.

A Lei nº 10.762, de 11.11.2003, alterou a prioridade de atendimento aos municípios, dando ênfase aos com menor índice de eletrificação e limitou esse atendimento a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 kW.

Em 2 de abril de 2013, a ANEEL reconsiderou seu despacho anterior de 2012 que decretava o meio rural do Estado de Alagoas como universalizado, logo a Companhia ficou apta a apresentar uma nova proposta para universalização, conforme critérios definidos na Resolução Normativa nº 563, de 9 de julho de 2017.

a) Programa Luz para Todos

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11.11.2003, instituiu o Programa Luz para Todos, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

Com a publicação do Decreto nº 8.387, de 30 de dezembro de 2014, o Programa Luz para Todos foi estendido até o ano de 2018.

O Programa também contempla investimentos na rede de distribuição da empresa, aumentando a capacidade das linhas relacionadas às obras do Programa. Foram reformados/construídos 30,20 km de linhas de distribuição (Reforço de Rede), bem como, instalados 3 unidades de reguladores de tensão do tipo monofásico 15,0kV 276kVA, construção do alimentador Porto Calvo/Porto de Pedras com 26,05 km de linha distribuição.

Essas obras de reforço de rede geram vários benefícios para os consumidores, tanto os atendidos pelo Programa como os já existentes. Podemos citar como benefícios a melhoria da qualidade do fornecimento e confiabilidade do sistema, contribuindo para a redução das perdas no sistema elétrico da Companhia.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em dezembro de 2014 foi assinado um contrato de financiamento junto a Eletrobras para execução da 9ª tranche que tem como objetivo beneficiar 52.395 (cinquenta e dois mil trezentos e noventa e cinco) habitantes do Estado de Alagoas.

38 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Encontram-se registrados, na Parte "B" do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, prejuízos fiscais, sem prazos de prescrição, compensáveis com lucros a serem auferidos futuramente, conforme legislação vigente.

A Companhia tem, ao longo dos anos, apurados valores decorrentes da base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. No quadro abaixo está demonstrado a posição desses créditos, sendo que a Companhia não está reconhecendo o ativo referente a tais créditos fiscais em função do histórico de prejuízo:

	2015	2014
Prejuízos fiscais	1.037.652	739.236
Base negativa de contribuição social	1.086.224	787.810
	<u>2.123.876</u>	<u>1.527.046</u>

39 SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas seguindo a política de gerenciamento de seguros definida pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações.

A Companhia mantém a cobertura de seguros para riscos nomeados, veículos e seguro de vida, levando em conta o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme estabelecidas pelas Leis nº 8.666/93, nº 8.987/95 e nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05 e demais legislações aplicáveis.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Riscos	Vigência	Importância segurada	Prêmio
Riscos nomeados - subestações	3/4/2015 a 03/04/2016	55.549	369
Riscos nomeados - imóveis próprios e locado	3/4/2015 a 03/04/2016	39.997	38
Veículos	01/11/2015 a 01/11/2016	100% da tabela FIPE	21
Seguro de vida	01/06/2014 a 01/06/2015	64.777	480

a) Riscos nomeados - seguro com a Tóquio Marine Seguradora S.A.. A cobertura securitária de bens abrangem na Apólice 05 96 000632, imóveis próprios, locados e almoxarifados com suas respectivas edificações, equipamentos e mercadorias. Na Apólice 05 96 000631, estão cobertos edificações e os principais equipamentos das subestações com seus respectivos valores segurados e Limites Máximos de Indenizações (LMI). A cobertura abrange avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a equipamentos, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado (prédios e subestações), provocados por roubo e furto, incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, vendaval, cobertura de equipamentos eletrônicos, cobertura adicional de danos elétricos, além de cobertura para inclusões/exclusões de bens/locais e alterações de valores em risco (aumento/redução/transferências) automaticamente amparados pelo seguro com um valor em risco máximo de R\$ 5.000;

b) Veículos - seguro com Porto Seguro Cia de Seguros Gerais para cobertura da frota própria: danos materiais, danos corporais, morte, invalidez permanente, perdas e danos materiais de origem súbita,

ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

com assistência 24 horas e garantias aos vidros, para todos veículos de frota própria, além da cobertura de casco (100% da Tabela FIPE) para os veículos de frota própria de grande porte;

- c) Seguro de vida** – seguro contratado com a Sul América Seguros, para funcionários, com o limite máximo de indenização (LMI) de 30 vezes o salário base limitado a um a salário de R\$ 7.234,94 com as seguintes coberturas: morte qualquer causa, indenização especial por morte acidental (I.E.A); invalidez permanente ou parcial por acidente (I.P.A); invalidez funcional permanente total por doença e garantia de inclusão de cônjuges com 50% da cobertura básica.

40 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas seu acionista controlador, outras empresas ligadas ao mesmo acionista, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1). As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir.

A Companhia efetuou operações comerciais com partes relacionadas, como compra de energia elétrica, operações de empréstimos e financiamentos, pessoal cedido e encargos de uso da rede de distribuição, pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos, natureza e condições das transações estão demonstrados a seguir:

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

	31.12.2015	31.12.2014	01.01.2015 a 31.12.2015	01.01.2014 a 31.12.2014
	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
ELETOBRÁS				
Emprést. e financiamentos - encargos e out	(1.159.843)	(940.900)	(134.549)	(78.251)
Adiantamento para futuro aumento de	(8.307)	(8.307)	-	(609)
Suprimento de energia	-	-	(19.374)	(19.983)
Devolução LpT	(38.779)	(36.332)	(5.223)	(3.740)
Pessoal cedido a empresa	56	56	-	-
Pessoal cedido a CEAL	(32)	(11)	(205)	(311)
	(1.206.905)	(985.494)	(159.351)	(102.894)
CHESF				
Contrato de cotas de garantia física	(1.953)	(2.453)	(26.026)	(27.703)
Encargos de uso do sistema	(1.521)	(1.548)	(14.150)	(12.887)
Convênio CEAL X CODEVASF X CHESF	(27.606)	(25.513)	(2.093)	(25.513)
Pessoal cedido a empresa	104	389	-	-
Pessoal cedido a CEAL	(349)	-	(696)	(556)
	(31.325)	(29.125)	(42.965)	(66.659)
FURNAS				
Contrato de cotas de garantia física	(1.282)	(1.098)	(13.879)	(12.000)
Suprimento de energia e uso da rede	(11.067)	(12.335)	(64.445)	(63.118)
Renegociação de dívida	(604)	(6.794)	(450)	(760)
Encargos de uso do sistema	(208)	(246)	(2.154)	(1.870)
	(13.161)	(20.473)	(80.928)	(77.748)
ELETOBRÁS ELETRONUCLEAR				
Suprimento de energia	(1.694)	(1.582)	(21.593)	(19.099)
CGTEE				
Suprimento de energia	(191)	(382)	(1.396)	(2.344)
ELETRONORTE				
Suprimento de energia	(6.874)	(11.390)	(41.045)	(72.227)
Encargos de uso do sistema	(164)	(212)	(1.829)	(1.540)
	(7.038)	(11.602)	(42.874)	(73.767)
ELETROSUL				
Suprimento de energia	(145)	(137)	(1.200)	(1.115)
Encargos de uso do sistema	(171)	(231)	(2.008)	(1.869)
	(316)	(368)	(3.208)	(2.984)
AMAZONAS ENERGIA				
Rateio/Consultoria	(255)	(134)	(332)	(717)
Empréstimo de Curto Prazo	-	-	(236)	-
Pessoal cedido a empresa	(169)	-	(379)	(398)
	(424)	(134)	(947)	(1.115)
BOA VISTA ENERGIA				
Pessoal cedido a empresa	(113)	-	(308)	(236)
ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ACRE				
Compartilhamento de despesas	(168)	-	(168)	-
DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ				
Pessoal cedido à ED PIAUÍ	197	254	-	-
CENTRAIS ELÉTRICA RONDONIA				
Cota parte LPT	-	-	-	(54)
Compartilhamento de despesas	(36)	-	(36)	-
	(36)	-	(36)	(54)
FACEAL				
Dívida consolidada	-	(6.169)	(458)	(2.001)
Benefício pós emprego	(4.779)	(7.977)	(1.645)	(1.368)
Outros	(1.775)	(1.667)	(5.058)	(5.258)
	(6.554)	(15.813)	(7.161)	(8.627)
TOTAL GERAL	(1.267.728)	(1.064.719)	(360.935)	(355.527)

Os principais negócios entre as partes relacionadas são:

a) Contrato de conexão do sistema de transmissão (CUST)

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

CHESF– Contrato nº 090/2002, de 31.12.2002 – Termo aditivo nº 17 de 29.12.2015, com vigência até a extinção da concessão, corrigido anualmente pela regulamentação da ANEEL.

b) Contrato de conexão do sistema de transmissão (CCT)

Contratos com a Chesf, com vigência a partir da assinatura, permanecendo até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro, referente às subestações de Maceió CHESF, Angelim, Penedo, Rio Largo II, Xingo, Zebú, Abaixadora, Angelim, Moxotó, Zumbi, Arapiraca III-ART, Zebu II e ZBD, Maceió II.

c) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), promovidos e regulamentados pela ANEEL

Contratos com Eletronorte, Furnas, CGTEE e Eletrosul para os períodos de 2007 a 2041.

d) Regime de cotas de garantia física – Aquisição de energia por quotas conforme Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, das empresas do sistema: FURNAS e CHESF.

e) Eletronuclear Angra I e II – Contrato com Eletrobras Eletronuclear conforme Resolução Homologatória 2.011 de 15 de dezembro de 2015 para o exercício de 2016.

f) Poder público Federal - União

ATIVO	2015		2014	
	Órgãos federais	TOTAL	Órgãos federais	TOTAL
Consumidores e revendedores	4.277	4.277	3.619	3.619
Total	4.277	4.277	3.619	3.619

RESULTADO	2015		2014	
	Órgãos Federais	TOTAL	Órgãos Federais	TOTAL
Outras receitas	21.731	21.731	15.795	15.795
Total	21.731	21.731	15.795	15.795

41 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ADMINISTRADORES

A remuneração referente a honorários e encargos pago ou a pagar aos conselheiros e Diretor Presidente está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Honorários	523	468
Encargos sociais	105	94
	628	562

42 TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL (Não auditado)

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

	2015	2014
Empregados treinados (nº)	3.557	2.740
Homem hora treinados (h)	81.396	21.328
Média hora de treinamentos (h)	1,04	2,84
Índice de empregados treinados (%)	323,95	246,18
Força de trabalho treinada (%)	155,51	202,36
Investimento total (R\$ mil)	1.128	497
Valor médio investido por empregado (R\$)	317,04	181,42

43 QUESTÕES AMBIENTAIS (não auditada)

A Companhia executa as atividades de acordo com os princípios estabelecidos pela política nacional, estadual e municipal de meio ambiente, cumprindo a legislação ambiental e complementando-a com normas internas, buscando a integração com outros setores ou instituições, visando elaborar planos e ações socioambientais em projetos de energia que contribuíssem para a sustentabilidade, cujas ações em 2015 destacam-se:

- Regularização de 97 licenças de operação;
- Renovação de 10 licenças de operação;
- Renovação de 01 licença de instalação;
- Fiscalização preventiva nas obras da expansão;
- Auxílio no monitoramento dos serviços arqueológicos;
- Atualização cadastral da empresa, nos órgãos ambientais fiscalizadores;
- Monitoramento ambiental em subestações na capital e no interior do Estado.

44 COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

- a)** Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados a contratos de compra de energia elétrica são:

	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Contrato de compra e venda de energia - CCEAR						
Valores em MWH (não auditado)	5.485.125	5.471.166	5.813.079	6.259.414	5.895.913	5.879.804
Tarifa média de compra - R\$/MWh	144,94	131,52	140,37	140,99	145,47	151,41
Valores	795.000	719.541	815.969	882.501	857.696	890.258

A Companhia detém contratos de compra de energia. Tais contratos são firmados através da participação em leilões realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE/ANEEL, no ambiente de contratação regulada - CCEAR, variando de 15 a 30 anos, conforme a modalidade de contratação.

A Companhia participou de quatro leilões para compra de energia elétrica. No dia 15 de janeiro foi realizado o 18º Leilão de Ajuste, onde foram comercializados 2,465MW médios com início do suprimento para janeiro de 2015. No mês de abril, ocorreu o 21º leilão de energia nova (A-5) com início de suprimento em 2020, no qual a companhia não declarou necessidade. Em julho foi realizado o 22º leilão de energia nova (A-3) para início de suprimento em 2018, no qual foram comercializados 13,159 MW médios. No dia 11 de dezembro, ocorreu a realização do 15º leilão de energia (A-1) de empreendimentos existentes, onde foram contratados 12,80 MW médios com início de suprimento a partir de 2016.

- b)** Compromisso de investimento para o exercício de 2016

ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Compromissos com origem de recursos vinculadas a financiamentos e geração de caixa, conforme Decreto nº 8.632 de 30 de dezembro de 2015:

	2016
Ampliação da sistema	62.073
Manutenção do sistema	59.913
Adequação comercial	107.838
Programa Luz para Todos	57.968
Infraestrutura	8.309
	296.101

45 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

45.1 – GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de taxa de juros.

Risco de crédito

A política da Companhia considera o risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, bem como no acompanhamento dos prazos concedidos. São procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber de clientes.

A Companhia não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia, pois como distribuidora de energia elétrica, é regida por contrato de concessão, bem como pela regulamentação do setor elétrico e obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência a Companhia atua por meio de:

- i. Programas de renegociação dos débitos pendentes;
- ii. Negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito;
- iii. Suspensão do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente;
- iv. Contratação de empresa especializada na cobrança de contas em atraso e
- v. Cobrança judicial.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descompasso de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria financeira.

Os eventuais saldos de caixa auferidos pela Companhia, além dos programados para administração do capital circulante, são transferidos para contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos dentro das limitações legais que requer a concessão, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Abaixo, posição da conta de fornecedores, encargos setoriais e financiamentos e empréstimos:

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2015			
Financiamentos e empréstimos	-	-	1.856
Fornecedores	239.745	-	-
Obrigações de ressarcimento	77.153	2.775	-
Obrigações estimadas	9.125	43.692	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-
	326.023	46.467	1.856
Em 31 de dezembro de 2014			
Financiamentos e empréstimos	6.384	-	1.263
Fornecedores	175.962	-	-
Obrigações de ressarcimento	63.843	-	-
Obrigações estimadas	7.808	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.307	-	-
	262.304	-	1.263

As Obrigações de ressarcimento e Adiantamento para futuro aumento de capital são corrigidos mensalmente pela taxa SELIC.

Risco de taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Esse risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobrás, conforme divulgado na Nota 8.

45.2 – GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar sua estrutura de capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, além de manter o equilíbrio necessário para a redução dos seus custos.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial). Subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 podem ser assim sumariados:

	2015	2014
Financiamentos e empréstimos	(1.174.441)	(958.332)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	31.486	16.426
Dívida líquida	(1.142.955)	(941.906)
Total do patrimônio líquido	(247.656)	(11.075)
Total do Capital	(1.390.611)	(952.981)
Índice de alavancagem financeira	82%	99%

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

1. Instrumentos financeiros por categoria

Ativo financeiro (Circulante/não circulante)	2015	2014
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	31.486	16.426
Clientes	546.757	476.873
Direito de ressarcimento	25.136	40.561
Disponível para venda		
Ativo financeiro - concessões de serviço público	732.843	669.733
Ativos regulatórios	251.140	111.736
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	15.399	6.822
Títulos e valores mobiliários	10.652	-
	1.613.413	1.322.151
Passivo financeiro (Circulante/não circulante)		
Mensurados ao custo amortizado		
Financiamentos e empréstimos	1.174.441	958.332
Obrigações de ressarcimento	79.928	63.843
Passivos regulatórios	140.385	
Fornecedores	239.745	175.962
	1.634.499	1.198.137

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos (especulativos ou não especulativos).

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável (concessão), contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, conforme segue:

1.1- Ativos financeiros – estão classificados nos seguintes grupos:

a) Caixa e equivalentes de caixa – mantidos para a negociação a curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado;

b) Títulos e valores mobiliários – são efetuados a juros pós fixados.

c) Clientes – são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos;

d) Ativos financeiros da concessão – são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão.

1.2- Passivos financeiros – estão classificados nos seguintes grupos:

a) Fornecedores – são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo;

b) Financiamentos e empréstimos – são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto as instituições financeiras, e aos fundos setoriais, em especial a Reserva Global de Reversão

ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

– RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são similares aos seus valores contábeis, fazendo que seja próximo ao seu valor presente.

45.3- HIERARQUIA DO VALOR JUSTO

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado, mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Ativo financeiro (Circulante/não circulante)	2015	
	Nível 1	Nível 2
Disponível para venda		
Ativo financeiro - concessões de serviço público	-	732.843
Ativos regulatórios	-	38.252
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	15.399	-
Títulos e valores mobiliários	10.652	-
	26.051	771.095

Ativo financeiro (Circulante/não circulante)	2014	
	Nível 1	Nível 2
Disponível para venda		
Ativo financeiro - concessões de serviço público	-	669.733
Ativos regulatórios	-	111.736
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	6.822	-

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração.

Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados no Nível 3.

45.4- ANÁLISE DE SENSIBILIDADE:

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

A Companhia analisou os seus instrumentos financeiros ativos e passivo para identificar os instrumentos que possuem riscos significativos. Onde dos instrumentos financeiros identificados foram avaliados conforme abaixo:

Aplicações financeiras – As aplicações financeiras que a Companhia possui são aplicações de liquidez imediata de baixo risco, não representando risco significativo para a Companhia, assim com base no CPC 40.42, não foram realizadas análises de sensibilidade.

Financiamentos e Empréstimos financiados pelo Fundo RGR – A Companhia não submeteu à análise de sensibilidade para o montante constante na nota 20, correspondentes aos financiamentos custeados pelo Fundo RGR, tendo em vista que as taxas inerentes à atualização dos mesmos são fixas, não sendo portanto, influenciadas por risco de variação cambial e oscilação de taxas de inflação oficiais, se enquadrando no que diz o CPC 40.41 para itens que não forem representativos do risco.

Empréstimos e Financiamentos indexados por SELIC, IPCA e CDI – A Companhia realizou a análise de sensibilidade no montante devido no final do período, com base no indicador esperado para o ano de 2015, submetendo-os a uma variação de alta de 25% e 50%, o que apresenta abaixo qual seria este impacto no montante em 31 de dezembro de 2015 se tal alta ocorresse:

	Valor 31/12/2014	Provável 2015 (% a.a)	Índice (%)		Valor	
			Cenário I (+ 25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+ 25%)	Cenário II (+50%)
Instrumentos financeiros						
Financiamento e empréstimos						
FINEL	2.329	0,51	0,38	0,26	2.338	2.335
SELIC/RO	1.052.004	21,46	16,10	10,73	1.221.324	1.164.884
DÓLAR	1.856	47,01	35,26	23,51	2.510	2.292
	<u>1.056.189</u>				<u>1.226.172</u>	<u>1.169.511</u>

45.5- QUALIDADE DOS CRÉDITOS DOS ATIVOS FINANCEIROS

Recebíveis por grupo	2015	2014
Grupo I		
Residencial	125.284	99.376
Serviço público	7.257	6.864
	<u>132.541</u>	<u>106.240</u>
Grupo II		
Industrial	29.838	25.130
Comercial	64.262	50.603
Poder público	32.322	25.055
Rural	15.552	12.013
Iluminação pública	8.701	5.897
Suprimento	96	
Consumidor livre	865	1.672
Cogeradores	627	0
	<u>152.263</u>	<u>120.370</u>
Grupo III		
Fornecimento não faturado	26.185	23.392
	<u>26.185</u>	<u>23.392</u>
Total de recebíveis	<u>310.989</u>	<u>250.002</u>

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

O total de recebíveis demonstrados acima é representado por faturas de energia elétrica a vencer ou vencidos não incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa, estes foram classificados de acordo com a taxa de inadimplência apurada pela área comercial da Companhia conforme descrito abaixo:

Grupo I – Nível de inadimplência compreendido até 20% do total de recebíveis;

Grupo II - Nível de inadimplência compreendido acima de 20,01% do total de recebíveis; e

Grupo III – Energia vendida e não faturada em função do calendário de faturamento. Estes são reclassificados nos demais grupos na medida em que são efetuadas leituras periódicas.

45.6- Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém a concessão para exploração dos serviços de planejamento, construção e exploração da produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, regulamentadas pela ANEEL com vigência até 2 de julho 2015. A expectativa da Administração é que a concessão seja prorrogada.

45.7 - Risco quanto à escassez de energia

O sistema elétrico brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduz o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de encargos de sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê um novo programa de racionamento.

46 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 29 de janeiro de 2016, através de Assembléia Geral Extraordinária foi autorizado o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 8.307 referente a variação monetária de recurso aportado para Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, sem emissão de novas ações, atualizados pela Selic até 30.09.2014, passando o capital social para R\$ 734.754 com a seguinte composição acionária:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quant.*	Part. (%)	Quant.*	Part. (%)	Quant.*	Part. (%)
Eletrobras	677.858.321	100,00	11.666.063	100,00	689.524.384	100,00

*Quantidades em milhares de ações

Maceió, 31 de dezembro de 2015

Cícero Vladimir de Abreu Cavalcanti
Diretor-Presidente

Paulo Roberto dos Santos Silveira
Diretor Financeiro



ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Luís Hiroshi Sakamoto
Diretor de Gestão

Pedro Mateus de Oliveira
Diretor de Planejamento e Expansão

Nelisson Sergio Hoewell
Diretor de Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais

Luiz Armando Crestana
Diretor Comercial

Maria dos Praseres L. P. Moreira
Departamento de Contabilidade
2.731/AL